



Energisa Minas Gerais | Resultados de 2014

Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A

**Relatório da Administração e
Demonstrações Financeiras de 2014**

Relatório da Administração

A Administração da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Minas Gerais” ou “Companhia”) apresenta os fatos e eventos marcantes do exercício de 2014, acompanhados das Demonstrações Financeiras correspondentes, preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS). Essas demonstrações foram revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria em 19 de março de 2015.

1 - Considerações gerais

A Energisa Minas Gerais é uma distribuidora de energia elétrica que atende a mais de 425 mil consumidores e uma população de aproximadamente 1,0 milhão de habitantes em 65 municípios do estado de Minas Gerais e um no estado do Rio de Janeiro.

A Companhia manteve, em 2014, o foco na excelência na prestação de serviços e no relacionamento com os consumidores. Essa característica evidencia a posição privilegiada dos indicadores de satisfação em pesquisas com os consumidores. Em 2014, a Energisa Minas Gerais obteve a quarta colocação no ranking da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que avalia as melhores empresas do Brasil.

A Aneel leva em conta dois indicadores de desempenho que mostram o tempo e a quantidade de vezes que o consumidor ficou sem luz no ano: o DEC (duração equivalente de interrupção por unidade consumidora), que indica o número de horas, em média, que o consumidor ficou sem energia; e o FEC (frequência equivalente de interrupção por unidade consumidora), quem mede quantas vezes, em média, houve interrupção no fornecimento de energia. Os limites são definidos pela Aneel para cada distribuidora.

2 - Investimentos

Com foco em projetos que visam ao aprimoramento da qualidade dos serviços prestados e satisfação dos seus clientes, a Energisa Minas Gerais investiu ao longo do ano de 2014 aproximadamente de R\$ 49,5 milhões, garantindo 99,9% de disponibilidade de energia. Entre as realizações, destacam-se:

- i) Aquisição de torres e estruturas para atendimento em casos de emergência;
- ii) Reconstituição da fundação dos pés de torre de linhas de transmissão;
- iii) Melhoria e adequação da linha de transmissão da subestação Nova Usina Maurício-Uba1, de 69 kV;
- iv) Substituição de para-raios nas subestações Além Paraíba e Cataguases II;
- v) Reforma de redes e alimentadores da subestação Muriaé 1;
- vi) Instalação de reguladores de tensão e alimentador na subestação Matipó;
- vii) Instalação de reguladores de tensão e trifaseamento no alimentador da Usina Coronel Domiciano;
- viii) Instalação de banco de capacitor de 3,6 MVA nas subestações de Eugenópolis, Santana do Manhuaçu e Manhumirim;
- ix) Aquisição do terreno para a construção da terceira subestação de Ubá;
- x) Ampliação da rede de comunicação de dados com instalação de torres repetidoras e chaves automatizadas visando melhor qualidade e continuidade; e
- xi) Modificação e melhoria das redes de distribuição de Itamarati de Minas.

O quadro a seguir apresenta a evolução dos principais ativos operacionais da Companhia no ano:

Descrição do ativo	Dez/2014	Dez/2013	Acréscimo 2014/2013
Subestações - nº	44	44	-
Capacidade instalada nas subestações - MVA	901	907	- 6
Linhas de transmissão - km	1.070	1.069	+ 1
Redes de distribuição (próprias) - km	26.278	26.071	+ 207
Transformadores instalados nas redes de distribuição - nº	59.941	57.820	+ 2.121
Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) - MVA	1.145	1.043	+ 102

3 - Desempenho econômico-financeiros

3.1 - Destaques: resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia em 2014:

Descrição	2014	2013	Variação %
Resultados - R\$ milhões			
Receita Operacional Bruta	684,8	632,0	+ 8,4
Receita Operacional Bruta, sem receita de construção	643,4	573,2	+ 12,2
Receita Operacional Líquida	491,1	462,3	+ 6,2
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	449,7	403,5	+ 11,4
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	61,2	66,0	- 7,3
EBITDA	80,6	83,2	- 3,1
EBITDA Ajustado	86,3	88,7	- 2,7
Resultado financeiro	(26,0)	(23,5)	+ 10,6
Lucro Líquido	23,0	27,5	- 16,4
Indicadores Financeiros - R\$ milhões			
Ativo Total	586,8	526,7	+ 11,4
Caixa / Equivalentes de Caixa / Aplicações Financeiras	21,0	42,7	- 50,8
Patrimônio Líquido	91,3	63,9	+ 42,9
Endividamento Líquido	326,5	306,9	+ 6,4
Indicadores Operacionais			
Número de Consumidores Cativos (mil)	425,8	415,3	+ 2,5
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh)	1.208,6	1.146,3	+ 5,4
Energia Elétrica Total Distribuída (GWh)	1.587,4	1.508,9	+ 5,2
Perdas de Energia (% últimos 12 meses)	9,13	8,27	+ 0,86 p.p
Indicadores Relativos			
EBITDA Ajustado / Receita Líquida (%)	17,6	19,2	- 1,6 p.p
Endividamento Líquido / EBITDA Ajustado 12 meses (vezes)	3,8	3,5	+ 8,6

Obs.: EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia.

3.2 - Ambiente regulatório - revisão tarifária

Em 18 de junho de 2014, foi concedido à Energisa Minas Gerais reajuste nas suas tarifas de energia elétrica, com efeito médio de 5,31% percebido pelos consumidores.

Em função do Decreto nº 7.945/2013, a Aneel publica, mensalmente, os valores dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a serem repassados pela Eletrobras à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica para cobertura dos custos com aquisição de Energia Comprada e Encargos de Serviços do Sistema - ESS por motivo de segurança energética e com o risco hidrológico e exposição involuntária no mercado de curto prazo. Em 2014, foi reconhecido o montante de R\$ 26,0 milhões para a Energisa Minas Gerais. O valor foi registrado pela Companhia como redução dos custos de energia comprada e de encargos de serviços do sistema.

A Aneel também homologou em cumprimento ao disposto no Decreto nº 7.891/2013, recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a serem repassados pelas Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica no montante de R\$ 22,6 milhões para a Energisa Minas Gerais. O valor foi registrado pela Companhia como receita de venda de energia.

3.2.1 - Eventos subsequentes

3.2.1.1 - Bandeiras tarifárias

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou o "Sistema de Bandeiras Tarifárias" nas contas de energia elétrica a partir de janeiro de 2015. O acionamento da bandeira é sinalizado mensalmente pela Aneel, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), com base na

capacidade de geração de energia elétrica no país. A aplicação da bandeira é o primeiro dia do mês posterior à data de divulgação. As bandeiras são verde, amarela e vermelha e indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de energia elétrica do país e do acionamento das usinas térmicas. O sistema tem por objetivo aliviar o dispêndio de caixa das distribuidoras no curto prazo, conforme descrição seguinte:

Bandeira Verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa de energia elétrica não sofre nenhum acréscimo; Bandeira Amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,025 para cada quilowatt-hora consumido; e Bandeira Vermelha: condições mais onerosas de geração de energia. A tarifa sobre acréscimo de R\$ 0,055 para cada quilowatt-hora consumido.

3.2.1.2 - Revisão tarifária extraordinária

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), em reunião realizada em 27/02/2015, deliberou por conceder revisão tarifária extraordinária (RTE) para a Energisa Minas Gerais, cujo efeito médio a ser percebido pelos consumidores foi de 26,9% a partir de 02/03/2015.

3.3 - Despesas operacionais

Em 2014, as despesas operacionais totalizaram R\$ 429,9 milhões, aumento de 8,5% (R\$ 33,6 milhões) em relação a 2013. As despesas controláveis (pessoal, material e serviços de terceiros) cresceram 12,6% (R\$ 11,4 milhões), para R\$ 101,9 milhões. As despesas não controláveis de compra de energia elétrica e transporte apresentaram crescimento de 13,4% (R\$ 30,2 milhões), decorrente da elevação dos custos da energia elétrica comprada em função da hidrologia desfavorável em 2014 no país.

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais (R\$ milhões)	2014	2013	Varição em R\$ milhões
1 - Despesas controláveis	101,9	90,5	+ 11,4
1.1 Pessoal (inclui fundo de pensão)	40,5	33,7	+ 6,8
1.2 Material	5,3	4,4	+ 0,9
1.3 Serviços de terceiros	56,1	52,4	+ 3,7
2 - Despesas não controláveis (compra de energia e transporte)	256,1	225,9	+ 30,2
3 - Depreciação e amortização	19,4	17,3	+ 2,1
4 - Provisões contingências e devedores duvidosos	0,9	(0,9)	+ 1,8
5 - Outras despesas/receitas	10,2	4,7	+ 5,5
Subtotal	388,5	337,5	+ 51,0
6 - Custo de construção ^(*)	41,4	58,8	- 17,4
Total	429,9	396,3	+ 33,6

(*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

3.4 - Lucro líquido, geração de caixa e dividendos

Em 2014, a Energisa Minas Gerais registrou lucro líquido de R\$ 23,0 milhões, ante os R\$ 27,5 milhões registrados em 2013. No quarto trimestre de 2014 (4T14), o lucro apresentado foi de R\$ 2,5 milhões, ante o prejuízo de R\$ 1,7 milhão registrado no quadrimestre do ano anterior.

A geração operacional de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 86,3 milhões em 2014, contra os R\$ 88,7 milhões apurados no ano anterior, redução de 2,7%, decorrente, em grande parte, do menor crescimento das receitas líquidas, vis-à-vis o aumento dos custos da energia comprada. No 4T14, o EBITDA Ajustado totalizou R\$ 20,7 milhões, crescimento de 27,8% em relação ao 4T13.

Apresenta-se a seguir a evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia:

Composição da Geração de Caixa Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T14	4T13	Var. %	2014	2013	Var. %
(=) Lucro Líquido	2,5	(1,7)	-	23,0	27,5	- 16,4
(-) Contribuição social e imposto de renda	(1,6)	(0,2)	+ 700,0	(12,2)	(14,9)	- 18,1
(-) Resultado financeiro	(10,3)	(11,9)	- 13,4	(26,0)	(23,5)	+ 10,6
(-) Depreciação e amortização	(4,9)	(4,5)	+ 8,9	(19,4)	(17,3)	+ 12,1
(=) Geração de caixa (EBITDA)	19,3	14,9	+ 29,5	80,6	83,2	- 3,1
(+) Receita de acréscimos moratórios	1,4	1,3	+ 7,7	5,7	5,5	+ 3,6
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	20,7	16,2	+ 27,8	86,3	88,7	- 2,7
Margem do EBITDA Ajustado (%)	15,2	14,2	+ 1,0	17,6	19,2	- 1,6 p.p

Com base nos resultados alcançados em 2014, a administração da Companhia irá propor à Assembleia Geral a distribuição de dividendos à conta do exercício no valor de R\$ 5,8 milhões (R\$ 12,77406055 por ação), a serem pagos em data a ser definida.

4 - Desempenho operacional

A manutenção do foco na qualidade da energia fornecida e a excelência no atendimento tem permitido à Energisa Minas Gerais apresentar consistentes índices operacionais, que evidenciam a posição privilegiada dos indicadores de satisfação em pesquisas com os consumidores.

4.1 - Gestão das perdas de energia: embora em 2014 as perdas de energia terem apresentado elevação de 0,86 ponto percentual, situam-se em um baixo patamar, de 9,13%.

4.2 - Gestão da inadimplência: o índice de inadimplência apresentou um crescimento de 0,03 ponto percentual, tendo se situado em 1,16% em 2014, contra 1,13% em 2013.

4.3 - DEC e FEC: a redução dos indicadores DEC e FEC em 2014 é um fato a destacar, fruto dos investimentos realizados com base no planejamento correto das necessidades do sistema, bem como de ações específicas realizadas. O DEC e FEC caíram 3,5% e 13,3%, respectivamente.

Indicadores operacionais	2014	2013	Var. %
Perdas de energia do sistema próprio (%)	9,13	8,27	+ 0,86 p.p
Inadimplência dos consumidores nos últimos 12 meses (%)	1,16	1,13	+ 0,03 p.p
Pendente (faturamentos mensais a receber) - nº	0,57	0,58	- 1,7
ISQP (Índice de Satisfação da Qualidade Percebida) - Abradee	89,00	83,30	+ 6,8
IASC (Índice Aneel de Satisfação do Consumidor)	75,02	68,00	+ 10,3
DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor) - horas	9,46	9,80	- 3,5
FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor) - vezes	6,48	7,47	- 13,3

4.4 - Mercado de energia: em 2014, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Energisa Minas Gerais, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 1.578,0 GWh, incremento de 4,8% em relação a 2013. O consumo foi impulsionado pela classe comercial, que cresceu 8,6% no ano. Já o consumo industrial, considerando os mercados cativo e livre, expandiu 1,6% em 2014.

A energia total distribuída em 2014 foi de 1.587,4 GWh, ante os 1.508,9 GWh registrados no ano anterior, conforme composição seguinte:

Energia Total Distribuída por Classe de Consumo (Em GWh)

Descrição	2014	2013	Var. %
1) Vendas de energia no mercado cativo	1.208,6	1.146,3	+ 5,4
✓ Residencial	480,7	446,8	+ 7,6
✓ Industrial	175,6	177,5	- 1,1
✓ Comercial	237,2	218,5	+8,6
✓ Rural	163,1	156,6	+ 4,2
✓ Outras Classes	152,0	146,9	+ 3,5
2) Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	369,4	358,9	+ 2,9
3) Mercado cativo + TUSD (1+2)	1.578,0	1.505,2	+ 4,8
4) Suprimento de energia e não faturado	9,4	3,7	+ 154,1
5) Energia Total Distribuída (3+4)	1.587,4	1.508,9	+ 5,2

A Energisa Minas Gerais encerrou o ano com 425.807 unidades consumidoras cativas, quantidade 2,5% superior à registrada no fim de 2013, e com 33 consumidores livres.

5 - Estrutura de Capital

5.1 - Emissão de notas promissórias

A Energisa Minas Gerais, em 11 de dezembro de 2014, realizou a 3ª emissão de notas promissórias comerciais, em série única, com vencimento em 09 de junho de 2015. O montante emitido corresponde a R\$ 60 milhões, que fazem jus a uma remuneração correspondente à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de um dia - DI, "over extra-grupo", acrescida de um spread de 2,00% (dois inteiros por cento) ao ano.

5.2 - Dívida Líquida

A dívida líquida da Energisa Minas Gerais, que incluem empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos, encargos financeiros, parcelamento de impostos e fundo de pensão, passou de R\$ 306,9 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 326,5 milhões em 31 de dezembro de 2014.

As dívidas de curto e longo prazo da Energisa Minas Gerais em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são as seguintes:

Descrição Valores em R\$ milhões	2014	2013
Curto Prazo	247,7	211,3
Empréstimos e financiamentos	243,3	146,9
Debêntures	-	60,1
Encargos de dívidas	3,6	2,5
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	0,8	1,8
Longo Prazo	99,8	138,3
Empréstimos e financiamentos	98,2	136,2
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	1,6	2,1
Total das dívidas	347,5	349,6
(-) Disponibilidades financeiras	21,0	42,7
Total das dívidas líquidas	326,5	306,9

6 - Gestão de pessoas

A Energisa Minas Gerais valoriza seu capital humano investindo fortemente na gestão de pessoas, aprimorando a atuação da área e ampliando as premissas de uma gestão ágil e flexível, sempre em busca da melhoria constante na qualidade dos serviços. A Companhia encerrou 2014 com 603 colaboradores próprios e 263 terceirizados, não considerando os empregados das empresas prestadoras de serviços ligadas à construção.

As ações de gestão de pessoas da unidade estão alinhadas aos valores e missão da companhia, e visam impulsionar o desempenho, construindo competências estratégicas que possibilitem oportunidade de desenvolvimento de carreira para os colaboradores. A área de gestão de pessoas atua sob a orientação de se posicionar como prestadora de serviços de qualidade aos colaboradores da organização, oferecendo apoio estratégico para que possam crescer em conjunto com os objetivos e metas da empresa e preparando-os para os desafios do mercado atual.

Na prevenção de acidentes e preservação da saúde dos trabalhadores, a Energisa Minas Gerais foi agraciada com o Prêmio Nacional de Segurança da Fundação COGE - FUNCOGE, recebendo a medalha de Prata no Grupo II (empresas com 501 a 2000 funcionários).

Em 2014, a Energisa Minas Gerais dedicou 51,9 mil homem/hora a treinamentos, com investimentos de mais de R\$ 280 mil. Desde 2009, a Companhia mantém o Programa de Educação a Distância. Em 2014, foram dedicadas nessa modalidade 29,7 mil homem/hora, o que corresponde a 57,2% do total de treinamento.

Em continuidade às ações de reforço da prática do Valor Pessoas, a Energisa Minas Gerais lançou, em outubro de 2014, o Programa de Autodesenvolvimento, que tem por objetivo apoiar o desenvolvimento dos colaboradores (gerentes, coordenadores, supervisores e profissionais de nível superior), para que cada um possa refletir e construir seu futuro profissional. O programa é um espaço online que disponibiliza conteúdo teórico, atividades práticas e testes, possibilitando o processo de reflexão, identificação de características profissionais e definição de objetivos para a carreira.

Em 2014, foi ampliado o Centro de Formação de Operadores, que tem como principal objetivo atender às necessidades de padronização, capacitação e centralização da formação, reciclagem e certificação dos operadores do sistema elétrico da distribuição e transmissão. O Centro de Formação funciona como um simulador de situações reais às quais os sistemas de distribuição e transmissão estão sujeitos no dia a dia.

Em um contexto de grandes mudanças organizacionais, no qual se torna imprescindível o fortalecimento das lideranças, a Energisa Minas Gerais deu ênfase ao desenvolvimento de seus gestores por meio do "Portal Líder" e "Academia de Líderes". O Programa de Desenvolvimento Gerencial, disponível através do ambiente de capacitação online denominado PORTAL LÍDER ENERGISA, ofereceu aos seus participantes (gestores da Energisa Minas Gerais) cursos práticos da Harvard Business Publishing. Diante da nova realidade da empresa, ainda em 2014 foi desenhada a Academia de Líderes, baseada na construção de trilhas de desenvolvimento segmentada por negócio, que tem por objetivo ser o principal veículo de disseminação e alinhamento da cultura, valores, competências da liderança e objetivos estratégicos, criando uma comunidade de líderes, preparados para o crescimento e sustentação no negócio.

Para a identificação de novos líderes, a Energisa Minas Gerais conta com o Programa de Sucessão, um dos processos mais significativos dentro do planejamento de gestão de pessoas, pois estabelece critérios e procedimentos para a identificação e desenvolvimento de colaboradores que tenham potenciais ou estejam aptos a ocupar posições estratégicas dentro da Organização. A Energisa Minas Gerais mantém ainda um programa de seleção de trainees que permite desenvolver uma nova geração de líderes. Nos últimos quatro anos foram retidos 4 *trainees*.

7 - Responsabilidade socioambiental

O principal negócio do Grupo Energisa é o provimento de energia elétrica a uma parcela significativa de consumidores. Consciente de seu papel e de sua presença em todas as regiões do país, a Energisa investe constantemente em ações voltadas à sociedade.

A Energisa Minas Gerais busca o fortalecimento das comunidades com as quais se relaciona, desenvolvendo atividades socioculturais e esportivas, apoiando projetos de estímulo à educação e desenvolvendo ações de uso consciente de energia elétrica e preservação ambiental. Entre as principais ações realizadas em 2014, destaca-se:

Iniciativas Socioculturais

As frentes de incentivo cultural focam em projetos que promovem o acesso à cultura em diversos segmentos para comunidades locais:

- ✓ *Biblioteca Energisa* que está localizada em 11 postos de atendimento de cidades da Zona da Mata Mineira e visa democratizar o acesso à leitura e estimular sua prática através da troca de livros. Atualmente possui um acervo de mais de 1 mil obras literárias;
- ✓ Apoio a projetos desenvolvidos pela Fundação Ormeo Junqueira Botelho, com destaque para a Casa de Leitura Lya Maria Müller Botelho em Leopoldina (MG), que em 2014 atendeu a 28 escolas públicas e recebeu um público aproximado de 2.800 pessoas nos diversos eventos promovidos (shows musicais, lançamentos de livros, teatros infantis, exposições, exibição de vídeos, oficinas, palestras e seminários), bem como o Museu Energisa em Cataguases (MG) que em 2014 recebeu 1.640 alunos de 41 escolas.
- ✓ Patrocínio de diversas iniciativas das prefeituras da área de concessão e de outras instituições que estimulam o esporte, a cultura e a sustentabilidade, além de seminários e feiras que promovem o desenvolvimento socioeconômico e ambiental.
- ✓ Ainda, por meio de leis de incentivo à cultura, a Energisa Minas Gerais patrocina diversos projetos culturais. Em 2014 treze projetos foram beneficiados, tais como a 12ª Edição do *Festival de Viola de Piacatuba* que, em 2014, atraiu um público aproximado de 28 mil pessoas; o projeto *Fábrica do Futuro* que criou um núcleo criativo de profissionais do audiovisual para desenvolvimento de carteira de projetos, formando e capacitando 46 jovens da região e o projeto *Usina Cultural* que em 2014 atraiu um público estimado de 22 mil pessoas, beneficiando 4 instituições filantrópicas através dos donativos arrecadados nos espetáculos.

No âmbito social duas ações se destacaram:

- ✓ Para apoio a políticas, programas e ações voltadas para garantia dos direitos de crianças e adolescentes, bem como de idosos, a Energisa Minas Gerais realizou doações correspondentes a 1% do Imposto de Renda devido em 2014.
- ✓ Também foram realizadas doações, correspondentes a 1% do Imposto de Renda devido, a programas que visam à atenção oncológica.

Iniciativas Esportivas

Ciente de que o esporte é uma ferramenta de inclusão social, a Companhia mantém patrocínios a projetos de estímulo a prática de esportes e lazer:

- ✓ *Caminhada Ecológica* que em 2014 mobilizou mais de 1 mil pessoas, entre colaboradores e público externo e o projeto *Magia V*, esse último por meio da Lei Federal de Incentivo ao Esporte.

Iniciativas voltadas à Educação

Na linha do desenvolvimento econômico da sua área de concessão, a Companhia investe em projetos específicos de incentivo a educação, tais como:

- ✓ Parceria com o *Junior Achievement*, fundação educativa sem fins lucrativos, em que colaboradores atuam como voluntários na formação de jovens empreendedores de escolas

públicas e privadas. Em 2014, com o envolvimento de 20 voluntários, 280 alunos de 3 escolas foram beneficiados.

Uso Consciente de Energisa

Todos os anos, diversos projetos do programa de “Eficiência Energética” são implantados visando a adoção de mudanças comportamentais quanto ao uso da energia. Em 2014, este programa absorveu mais de R\$ 2 milhões em ações voltadas para o estímulo ao consumo consciente de energia elétrica, destacando-se:

- ✓ *Nossa Energia*: atendimento a comunidades locais com ações como substituição de lâmpadas e doação de equipamentos eficientes em comunidades de baixa renda. Além da promoção de palestras sobre uso racional da energia elétrica e de equipamentos. Para este programa é utilizada como base nas comunidades a *Unidade Móvel da Energisa*, veículo preparado com equipamentos para apoio e condução dos programas.
- ✓ *Conta Cidadã*: troca de resíduos recicláveis trazidos pelos consumidores por bônus na conta de energia. Em 2014 foram coletadas quase 2 mil toneladas de resíduos, garantindo assim a destinação correta desses materiais.

8 - Serviços prestados pelo auditor independente

A remuneração total da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados para a Energisa Minas Gerais em 2014 foi de R\$ 231 mil, sendo i) R\$ 208 mil pela revisão das demonstrações financeiras; ii) R\$ 23 mil para a revisão de processos fiscais e serviços relacionados a programas de “Eficiência Energética”.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

Demonstrações Financeiras

1. Balanço Patrimonial Ativo

ENERGISA MINAS GERAIS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

	Nota	2014	2013
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5	19.882	11.415
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5	164	19.763
Consumidores e concessionárias	6	70.594	66.205
Títulos de créditos a receber	7	2.027	395
Estoques		863	816
Impostos a recuperar	9	19.428	10.656
Instrumentos Financeiros Derivativos	30	19.681	-
Contas a receber da concessão	15	329.497	-
Ativos regulatórios	11	32.543	-
Outros créditos	12	51.784	21.370
Total do circulante		546.463	130.620
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5	954	11.504
Consumidores e concessionárias	6	7.959	8.207
Títulos de créditos a receber	7	542	2.230
Impostos a recuperar	9	7.443	8.200
Instrumentos Financeiros Derivativos	30	1.875	31.295
Créditos tributários	14	10.274	17.329
Cauções e depósitos vinculados	22	1.785	1.634
Contas a receber da concessão	15	-	285.875
Outros		137	656
		30.969	366.930
Investimentos		1.658	2.565
Imobilizado	16	6.502	6.843
Intangíveis	16	1.218	19.704
Total do não circulante		40.347	396.042
Total do ativo		586.810	526.662

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Balanço Patrimonial Passivo

ENERGISA MINAS GERAIS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

	Nota	2014	2013
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	17	44.944	38.840
Encargos de dívidas	18	3.564	2.529
Empréstimos e financiamentos	18	243.255	146.857
Debêntures	19	-	60.051
Tributos e contribuições sociais	20	20.683	25.295
Parcelamento de impostos	21	529	1.497
Dividendos	23.3	18.758	13.000
Encargos do consumidor a recolher		610	347
Benefícios a empregados - prêmio aposentadoria	31	301	351
Obrigações estimadas		2.973	2.484
Obrigações intrassetoriais		6.818	5.560
Passivos regulatórios	11	22.075	-
Taxa de iluminação pública		1.302	1.079
Outras contas a pagar		11.465	11.437
Total do circulante		377.277	309.327
Não circulante			
Fornecedores	17	744	744
Empréstimos e financiamentos	18	98.212	136.161
Tributos e contribuições sociais	20	9.620	7.359
Parcelamento de impostos	21	-	499
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	22	5.998	5.740
Benefícios a empregados - prêmio aposentadoria	31	1.631	1.626
Outras contas a pagar		2.075	1.311
Total do não circulante		118.280	153.440
Patrimônio líquido			
Capital social	23.1	44.171	44.171
Reservas de capital	23.1	7.921	7.921
Reservas de lucros	23.2	27.797	10.525
Dividendos adicionais propostos	23.3	1.396	1.396
Outros resultados abrangentes		107	(118)
Recursos destinados a futuro aumento de capital		9.861	-
Total do patrimônio líquido		91.253	63.895
Total do passivo e patrimônio líquido		586.810	526.662

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Demonstrações de Resultados

ENERGISA MINAS GERAIS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2014	2013
Receita operacional líquida	24	491.132	462.292
Custo do serviço prestado a terceiros	25	(361.654)	(333.790)
Lucro bruto		129.478	128.502
Despesas com vendas	25	(10.828)	(11.166)
Despesas gerais e administrativas	25	(54.190)	(53.752)
Outras receitas	26	4.417	7.269
Outras despesas	26	(7.662)	(4.883)
Resultado antes das receita (despesas) financeiras e impostos		61.215	65.970
Receita financeira	27	16.976	24.303
Despesas financeiras	27	(43.018)	(47.829)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(26.042)	(23.526)
Lucro antes dos impostos		35.173	42.444
Imposto de renda e contribuição social corrente	14	(5.204)	(11.539)
Imposto de renda e contribuição social diferido	14	(6.939)	(3.389)
Lucro líquido do exercício		23.030	27.516
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária e preferencial - R\$	28	51,10	61,05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. Demonstração do Resultado Abrangente

ENERGISA MINAS GERAIS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Em milhares de reais)

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	23.030	27.516
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado:		
Outros resultados abrangentes	225	151
Total de outros resultados abrangentes do exercício	23.255	27.667

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. Demonstração dos Fluxos de Caixa

ENERGISA MINAS GERAIS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Em milhares de reais)

	Nota	2014	2013
Atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		35.173	42.444
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas		27.054	25.175
Depreciação e amortização	25	19.357	17.263
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	25	1.029	(114)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	25	(83)	(793)
Marcação a mercado de derivativos	27	2.143	7.192
Instrumentos financeiros derivativos	27	(16.815)	(16.823)
Perda (ganho) na alienação de bens do imobilizado e do intangível	26	3.245	(2.386)
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
(Aumento) diminuição de consumidores e concessionárias		(5.170)	14.559
Diminuição de títulos de créditos a receber		56	109
(Aumento) diminuição de estoques		(47)	316
(Aumento) diminuição de impostos a recuperar		(8.015)	1.168
(aumento) de cauções e depósitos vinculados		(151)	(327)
(Aumento) de outros créditos		(31.586)	(17.780)
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
Aumento (diminuição) de fornecedores		11.599	(476)
(Diminuição) de tributos e contribuições sociais		(701)	(9.476)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(6.738)	(4.929)
Aumento de obrigações estimadas		489	294
Aumento (diminuição) de encargos do consumidor a recolher		263	(3.337)
Aumento (diminuição) de outras contas a pagar		2.452	(1.082)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		33.554	50.997
Atividades de investimentos			
Aumento em outros investimentos		-	(526)
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		32.631	48.086
Aplicações no intangível e Imobilizado	16	(40.924)	(36.733)
Alienação de bens do imobilizado e intangível	26	4.417	7.269
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimentos		(3.876)	18.096
Atividades de financiamento			
Novos empréstimos e financiamentos	18 e 19	140.345	30.691
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - principal	18 e 19	(173.169)	(37.066)
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - juros	18 e 19	(21.192)	(19.260)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos		24.411	(4.926)
Adiantamento para futuro aumento de capital		9.861	-
Pagamentos de dividendos	23.3	-	(51.651)
Pagamento de parcelamento de impostos	21	(1.467)	(1.289)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos		(21.211)	(83.501)
Variação líquida do caixa		8.467	(14.408)
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais		11.415	25.823
Caixa mais equivalentes de caixa finais		19.882	11.415
Variação líquida do caixa		8.467	(14.408)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

6. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

ENERGISA MINAS GERAIS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Em milhares de reais)

	Nota	2014	2013
Geração do valor adicionado:			
Receitas			
Receitas de vendas de energia elétrica e serviços		643.396	573.217
Outras receitas	26	4.417	7.269
Receitas relativas a construção de ativos próprios	24 e 27	42.419	59.916
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e recuperação de incobráveis	25	(1.029)	114
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Custo da energia elétrica vendida		279.412	245.980
Materiais e serviços de terceiros		63.750	58.941
Outros custos operacionais		54.767	68.977
		397.929	373.898
Valor adicionado bruto		291.274	266.618
Amortização e depreciação	25	19.357	17.263
Valor adicionado líquido		271.917	249.355
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	27	16.976	24.303
Valor adicionado total a distribuir		288.893	273.658
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal			
Remuneração direta		25.465	20.201
Benefícios		7.544	6.642
FGTS		1.772	1.904
Impostos, taxas e contribuições			
Federais:		51.743	50.562
Estaduais:		122.261	107.054
Municipais:		224	152
Obrigações intrassetoriais	24	11.849	9.712
Remuneração de capital de terceiros			
Juros		43.994	48.915
Aluguéis		1.011	1.000
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos	23.3	5.758	26.120
Dividendos adicionais propostos	23.3	17.272	1.396
		288.893	273.658

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

7. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

ENERGISA MINAS GERAIS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Em milhares de reais)

Nota	Capital Social	Reserva de Capital		Reserva de Lucros		Dividendos adicional proposto	Lucros (prejuizos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Subtotal	Recursos destinados e futuro aumento de capital	Total
		Subvenção de Investimentos	Legal	Retenção de Lucros							
Saldos em 01 de janeiro de 2013	44.171	7.921	8.833	1.692	38.531	-	(269)	100.879	-	100.879	
Pagamento dos dividendos adicionais	-	-	-	-	(38.531)	-	-	(38.531)	-	(38.531)	
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	151	151	-	151	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	27.516	-	27.516	-	27.516	
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dividendos	23.3	-	-	-	-	(26.120)	-	(26.120)	-	(26.120)	
Dividendos adicionais propostos	23.3	-	-	-	1.396	(1.396)	-	-	-	-	
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	44.171	7.921	8.833	1.692	1.396	-	(118)	63.895	-	63.895	
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	225	225	-	225	
Recursos destinados a futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	9.861	9.861	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	23.030	-	23.030	-	23.030	
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dividendos	23.3	-	-	-	-	(5.758)	-	(5.758)	-	(5.758)	
Retenção de Lucros	23.3	-	-	17.272	-	(17.272)	-	-	-	-	
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	44.171	7.921	8.833	18.964	1.396	-	107	81.392	9.861	91.253	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

8. Balanço Social

ENERGISA MINAS GERAIS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A						
BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2014						
(Em milhares de reais)						
1 - Base de Cálculo	2014 Valor			2013 Valor		
Receita líquida (RL)	491.132			462.292		
Resultado operacional (RO)	35.173			42.444		
Folha de pagamento bruta (FPB)	32.969			30.362		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	5.192	15,75%	1,06%	4.619	15,21%	1,00%
Encargos sociais compulsórios	7.607	23,07%	1,55%	6.881	22,66%	1,49%
Previdência privada	477	1,45%	0,10%	407	1,34%	0,09%
Saúde	1.592	4,83%	0,32%	1.423	4,69%	0,31%
Segurança e saúde no trabalho	313	0,95%	0,06%	484	1,59%	0,10%
Educação	36	0,11%	0,01%	59	0,19%	0,01%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	647	1,96%	0,13%	629	2,07%	0,14%
Creches ou auxílio-creche	137	0,42%	0,03%	138	0,45%	0,03%
Participação nos lucros ou resultados	3.046	9,24%	0,62%	2.701	8,90%	0,58%
Outros	1.081	3,28%	0,22%	850	2,80%	0,18%
Total - Indicadores sociais internos	20.127	61,05%	4,10%	18.191	59,91%	3,93%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Educação	408	1,16%	0,08%	378	0,89%	0,08%
Cultura	1.336	3,80%	0,27%	1.422	3,35%	0,31%
Saúde e saneamento	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte	47	0,13%	0,01%	32	0,08%	0,01%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	191	0,54%	0,04%	200	0,47%	0,04%
Total das contribuições para a sociedade	1.981	5,63%	0,40%	2.032	4,79%	0,44%
Tributos (excluídos encargos sociais)	166.621	473,72%	33,93%	150.888	355,50%	32,64%
Total - Indicadores sociais externos	168.603	479,35%	34,33%	152.920	360,29%	33,08%
4 - Indicadores Ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	25.394	72,20%	5,17%	14.780	34,82%	3,20%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	25.394	72,20%	5,17%	14.780	34,82%	3,20%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%		() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%			
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2014		2013			
Nº de empregados(as) ao final do período	603		578			
Nº de admissões durante o período	65		95			
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	518		598			
Nº de estagiários(as)	21		25			
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	118		96			
Nº de mulheres que trabalham na empresa	107		96			
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	33,85%		41,67%			
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	95		80			
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	9,23%		8,33%			
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	7		7			
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2014		Metas 2015			
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	28,91		28,91			
Número total de acidentes de trabalho	19		9			
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	(x) direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	(x) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apoia	(x) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(x) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 4296	no Procon 90	na Justiça 304	na empresa 4430	no Procon 93	na Justiça 304
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 99,72%	no Procon 100%	na Justiça 65%	na empresa 99,72%	no Procon 100%	na Justiça 70%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2014: 288.893			Em 2013: 273.658		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	64 % governo	12% colaboradores(as)	8% acionistas	61 % governo	11% colaboradores(as)	10% acionistas
		16% terceiros	0% retido		18% terceiros	0% retido
7 - Outras Informações	2014		2013			
7) Investimentos sociais						
7.1 - Programa Luz para Todos						
7.1.1 - Investimento da União	0		2.050			
7.1.2 - Investimento do Estado	0		594			
7.1.3 - Investimento do Município						
7.1.4 - Investimento da Concessionária	0		340			
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)	0		2.984			
7.2 - Programa de eficiência Energética	5.122		2.748			
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	1.284		1.182			
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)	6.406		6.914			

Notas Explicativas

Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

A Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A, ("Companhia ou Energisa MG") - empresa integrante do **GRUPO ENERGISA** - é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, que atua em 65 municípios no Estado de Minas Gerais e 1 no Estado do Rio de Janeiro, atendendo a 425.840 consumidores (informação não auditada pelos auditores independentes). A Companhia possui sede na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais é uma Companhia de capital aberto desde 26 de maio de 1907.

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de energia elétrica são:

I - fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade, sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações em posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VII - a concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente;

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, contas a receber da concessão, ativos vinculados a concessão, receita de construção e prazo de concessão estão apresentadas nas notas explicativas nº 10, 15, 16, 24 e 33, respectivamente.

Renovação de concessões:

Em 11 de janeiro de 2013 o Governo Federal editou a Lei nº 12.783 decorrente da Medida Provisória nº 579 sobre a renovação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, vincendas entre 2015 e 2017, poderão ser prorrogadas pelo prazo de até 30 anos de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação de serviço e a modicidade tarifária.

A Companhia manifestou, em junho de 2012, o interesse na prorrogação de seu Contrato de Concessão pelo prazo de 30 (trinta) anos, nos termos do § 2º do art. 2º do Decreto nº 7.805/12.

Tal pedido foi reiterado em outubro de 2012 aguardando ainda o conhecimento das condições a serem estabelecidas pelo Poder Concedente nos termos aditivos aos referidos Contratos, quando da divulgação do ordenamento jurídico de regência dos futuros instrumentos.

Como o prazo da concessão vencerá em julho de 2015, e como até o momento a Companhia não tomou conhecimento das decisões a respeito dos encaminhamentos realizados, foi agendada reunião com o Ministro de Estado das Minas e Energia para dar conhecimento da gravidade e dos impactos desta indefinição. A expectativa da Administração é de que este pedido de prorrogação seja aprovado pelo Poder Concedente, em condições semelhantes às atuais e pelo prazo de 30 anos. Por ora, seguimos no aguardo de manifestação do Poder Concedente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades Anônimas, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por normas e disposições da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica aplicável às concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de março de 2015.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os CPCs e IFRS, não havendo diferenças entre as práticas.

Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e
- Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

Julgamentos e estimativas

Estimativas contábeis - a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais, planos de suplementação de aposentadoria e pensões e créditos tributários. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas nos exercícios futuros afetados.

Compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE - os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os cálculos preparados e divulgados pela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando as informações não estão disponíveis tempestivamente.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa - (i) clientes, consumidores e concessionárias constituída com base nos valores a receber dos clientes da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe

comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias; (ii) títulos de créditos a receber, constituída em 100% do valor da dívida a partir de vencidas 3 (três) parcelas do contrato.

Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais - A Companhia registrou provisões, as quais envolvem julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também esta sujeita a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, que advêm do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Planos de suplementação de aposentadoria e pensões - A Companhia possui planos de benefícios a empregados que inclui planos de suplementação de aposentadoria e pensões, prêmio de aposentadoria e plano de saúde.

Os compromissos atuariais com os planos de suplementação de aposentadoria e pensões são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com a Deliberação CVM 695 de 13 de dezembro de 2012 e as regras contábeis estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 33 R1 (IAS 19) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os superávits com planos de benefícios a empregados não são contabilizados.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médico são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

Créditos tributários - os créditos tributários são reconhecidos com relação as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação dos créditos tributários, com base em projeções de resultados elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores registrados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância de acordo com a legislação fiscal.

Instrumentos financeiros derivativos - Os julgamentos e estimativas relacionados aos instrumentos financeiros derivativos estão descritos na nota explicativa nº 30.

3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

3.1 Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB- International Accounting Standards Board

Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou efeito material sobre as demonstrações financeiras.

A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passaram a ser aplicáveis a partir destas demonstrações financeiras. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no exercício atual nem em exercícios anteriores.

- Modificações à IAS 39 - Compensação de derivativos e continuação da contabilidade de hedge;
- Modificações à IAS 36 (CPC 01 (R1)) - Divulgação de montantes recuperáveis para ativos não-financeiros;
- Modificações às IFRS 10,12 e IAS 27 - Entidades de Investimento;
- Modificações à IAS 32 (CPC 39)- Compensação de Ativos e Passivos Financeiros;
- IFRIC 21 - Taxas do Governo;

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não adotadas pela Companhia é como segue:

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros (5)
- IFRS 15 Receitas de Contratos com clientes (4)
- Modificações à IFRS 11/CPC 19 (R2) Acordo contratual conjunto (3)
- Modificações às IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis (3)
- Modificações às IAS 16 / CPC 27 e IAS 41 / CPC 29 Agricultura: Plantas produtivas (3)
- Modificações à IAS 19/CPC 33 (R1) Plano de Benefício Definido: Contribuição do Empregado
- Modificações as IFRSs Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2010-2012 (2)
- Modificações as IFRSs Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2011-2013 (1)

(1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014, com adoção antecipada permitida.

(2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014, com exceções. Adoção antecipada permitida.

(3) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.

(4) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida.

(5) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida."

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRSs anteriormente citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pela IFRS 9 que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros.

3.2 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis detalhadas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

- a. Caixa e equivalentes de caixa - abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com cláusulas contratuais que permitem o resgate em até 90 dias da data de sua aquisição, pelas taxas contratadas, estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo;
- b. Instrumentos financeiros - Todos os instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos no balanço da Companhia e são mensurados inicialmente pelo valor justo, quando aplicável, após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação. Os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados em: (i) mantidos para negociação - mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Essa classificação inclui as operações com derivativos; (ii) mantidos até o vencimento -

mensurados pela taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado e (iii) empréstimos e recebíveis - são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado.

Existem três tipos de níveis para a apuração do valor justo referente ao instrumento financeiro conforme exposto abaixo:

Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.

Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A classificação dos instrumentos financeiros pela forma de apuração de seu valor justo está apresentada na nota explicativa nº 30.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e bancos; aplicações financeiras no mercado aberto, recursos vinculados, consumidores e concessionárias, contas a receber da concessão, títulos de créditos a receber e instrumentos financeiros derivativos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, encargos de dívidas e instrumentos financeiros derivativos.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado, exceto os derivativos que são mensurados pelo valor justo.

- c. Consumidores e concessionárias - englobam o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento do balanço;
- d. Provisão para créditos de liquidação duvidosa - foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos, levando em conta os critérios estabelecidos pela ANEEL;
- e. Estoques - os estoques estão valorizados ao custo médio da aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização;
- f. Ativos e passivos regulatórios - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão. Considerando-se que os contratos de concessão da Companhia foram atualizados em dezembro de 2014, para inclusão da base de indenização dos saldos remanescentes de diferenças temporárias entre os valores homologados e incluídos nas tarifas vigentes e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência, e considerando a orientação técnica OCPC-08 (Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacional de Contabilidade), a Companhia passou a ter um direito ou obrigação incondicional de receber ou entregar caixa ou outro instrumento financeiro ao Poder Concedente e, portanto, passou a

registrar os valores dentro de seus respectivos períodos de competência. Esses ativos e passivos estão detalhados na nota explicativa nº 11.

- g. Contas a receber da concessão - representa a parcela do capital investido na infraestrutura, não amortizada no período da concessão a ser indenizada ao final da concessão.

Com a publicação da Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, foi confirmado a utilização do “VNR - Valor Novo de Reposição” pelo Poder Concedente para pagamento de indenização dos ativos não amortizados no vencimento da concessão. Por essa razão, desde o exercício de 2012 registrou como receita financeira o valor correspondente a diferença entre o VNR e o custo histórico contábil. Esses ativos estão classificados como disponível para venda, cujos efeitos estão detalhados na nota explicativa nº 15.

- h. Investimentos - estão contabilizados ao custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável;
- i. Intangível - contrato de concessão: representa a infraestrutura operada pela Companhia na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A amortização está baseada no padrão de consumo dos benefícios esperado durante o prazo da concessão;
- j. Juros e encargos financeiros - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação;
- k. Redução a valor recuperável - a Companhia avalia os ativos do intangível com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Os impostos a recuperar e os créditos tributários têm a recuperabilidade testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir: (i) o atraso ou não pagamento por parte do devedor; (ii) a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições que não as mesmas consideradas em outras transações da mesma natureza; (iii) indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; e (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e os juros dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado e refletidos em conta de provisão contra recebíveis, quando perdas e reversão de desconto, quando juros. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As alterações nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável, atribuíveis ao método dos juros efetivo, são reconhecidos no resultado financeiro.

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável além das provisões já efetuadas.

- I. Empréstimos, financiamentos e debêntures - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva;
- m. Derivativos - Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 30;
- n. Imposto de renda e contribuição social - A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferidos. O imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em resultados abrangentes no patrimônio líquido. Na apuração do imposto de renda e da contribuição social a partir do exercício de 2008 a Companhia optou por adotar o Regime Transitório de Tributação (RTT). O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos, são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Medida Provisória n.º 627/2013 que foi convertida na Lei 12.973/2014 trouxe alterações relevantes para as regras tributárias federais, dentre as quais destacam-se as seguintes: (i) revogação do Regime Tributário de Transição ("RTT"); (ii) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do IRPJ e CSLL;

(iii) definição de que a alteração ou a adoção de novos métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, posteriores à publicação desta MP, não terão implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iv) inclusão de tratamento específico sobre a tributação de lucros ou dividendos; (v) inclusão de disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (vi) novas considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

A referida Lei produzirá efeitos a partir de 2014, para as empresas que optaram até 07 de novembro de 2014, de acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.499 de 16/10/2014. Para as empresas que não optaram, a aplicação das normas estará obrigada a partir de janeiro de 2015. A Companhia avaliou os impactos da lei e fará a adoção ao novo regime a partir do exercício de 2015 e não espera impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

- o. Provisões - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;
- p. Ajuste a valor presente - determinados títulos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações;
- q. Dividendos - Os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o período contábil a que se refere as demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação;
- r. Resultado - as receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A Companhia contabiliza receitas e custos durante o período de construção da infraestrutura utilizado na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. A Companhia terceiriza suas obras e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos e, portanto, atribui para essa atividade margem zero;
- s. Benefícios a empregados - benefício definido - A obrigação líquida da Companhia quanto ao plano de pensão de benefício definido é calculada através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano;
- t. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante) - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;
- u. Demonstração do valor adicionado - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade

evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

4. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, em 65 municípios no Estado de Minas Gerais e 1 no Estado do Rio de Janeiro.

5. Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

a) Caixa e equivalente de caixa

a.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado					
Instituição financeira	Tipo	Vencimento (1)	Remuneração	2014	2013
Caixa Econômica Federal	CDB	30/11/2017	100,5% do CDI	7.313	60
Caixa Econômica Federal - FID	CDB	30/11/2017	100,5% do CDI	799	676
Caixa Econômica Federal	Compromissada	3/07/2019	101,5% do CDI	5.293	-
Santander	Debêntures (2)	07/12/2016	103,2% do CDI	1.272	7.550
				14.677	8.286
Caixas e bancos				5.206	3.129
Total caixa e equivalente de caixa				19.882	11.415

b) Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados

b.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado					
Instituição financeira	Tipo	Vencimento	Remuneração	2014	2013
BES	CDB	01/10/2015	100,0% do CDI	24	32
Bradesco	CDB	22/04/2015	70% do CDI	53	-
Caixa Econômica Federal - FI Energisa (4)	Fundo de Investimento	-	CDI/SELIC/IPCA+5,7%	-	7.052
Caixa Econômica Federal	Poupança	-	Poupança	6	16
Bradesco	Poupança	-	poupança	20	-
FIM Zona da Mata (4)	CDB	28/01/2015 a 31/07/2019	100,5% a 115%,0 do CDI	-	2.922
FIM Zona da Mata (4)	Debêntures	15/07/2019	IPCA + 9,23%	-	1.366
FIM Zona da Mata (4)	Compromissada	24/12/2014 a 17/06/2016	100,5% a 103,2% do CDI	-	3.370
FIM Zona da Mata (4)	DPGE	10/07/2015 a 21/12/2015	107,5% a 113% do CDI	-	1.985
FIM Zona da Mata (4)	LF	04/05/2015 a 24/05/2021	105,5% a 114,0% do CDI	-	101
FIM Zona da Mata (4)	CCB	24/02/2017	CDI + 6,1677%	-	75
FIM Zona da Mata (4)	Fundos de Renda Fixa	-	Benchmark CDI	-	198
FIM Zona da Mata (4)	LFT	07/09/2015 a 01/03/2020	SELIC	-	719
FIM Zona da Mata (4)	NTN	15/08/2016 e 01/07/2017	IPCA e IGPM	-	1.869
Itaú	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	61	58
				164	19.763

b.2 Aplicações financeiras mantidas até o vencimento					
Instituição financeira	Tipo	Vencimento	Remuneração	2014	2013
Itaú	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	29/12/2020	100,0% do CDI	954	909
Mercantil do Brasil	DPGE	21/05/2015	112,0% do CDI	-	10.595
				954	11.504
Total aplicações no mercado aberto e recursos vinculados (3)				1.118	31.267
Circulante				164	19.763
Não circulante				954	11.504

(1) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações financeiras são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.

(2) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.

(3) Inclui R\$1.118 (R\$1.173 em 2013) referente recursos vinculados a empréstimos, leilões de energia e bloqueios judiciais.

(4) Fundos de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, Debêntures, DPGE, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF, LTN, NTN-B e Fundos Multimercados.

6. Consumidores e concessionárias

Classes de consumidores	Vincendos (1)	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	há mais de 360 dias	2014	2013
Residencial	10.912	5.150	545	217	13	46	16.883	15.230
Industrial	9.572	594	91	296	-	1.132	11.685	11.189
Comercial	6.092	1.306	156	89	163	94	7.900	7.159
Rural	2.634	1.208	281	68	-	-	4.191	3.995
Poder público:								
Federal	25	3	1	1	-	-	30	31
Estadual	259	34	12	11	-	-	316	322
Municipal	950	123	44	42	-	-	1.159	1.181
Iluminação pública	1.208	79	17	-	-	-	1.304	1.205
Serviço público	1.185	24	32	19	-	-	1.260	1.287
Subtotal - consumidores	32.837	8.521	1.179	743	176	1.272	44.728	41.599
Concessionárias (2)	-	-	-	-	-	7.959	7.959	9.708
Fornecimento não faturado	15.239	-	-	-	-	-	15.239	13.434
Outros (3)	14.145	-	-	-	-	-	14.145	12.882
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(217)	(176)	(3.125)	(3.518)	(3.211)
Total	62.221	8.521	1.179	526	-	6.106	78.553	74.412
Circulante							70.594	66.205
Não circulante							7.959	8.207

(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.

(2) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

(3) Inclui arrecadação em processo, serviços taxado e outros valores a receber de consumidores.

O saldo da conta de consumidores e concessionárias em 31 de dezembro de 2014, inclui valores referentes à comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$7.959 (R\$8.207 em 2013), deduzido das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2014. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica "fornecedores" no passivo circulante de R\$10.346 (R\$8.322 em 2013), referente a aquisição de energia elétrica e aos encargos de serviços do sistema de R\$653 (R\$1.304 em 2013), conforme demonstrados a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	2014	2013
Créditos vinculados a liminares até dezembro de 2002	6.873	6.873
Créditos vencidos (*)	1.086	1.334
	7.959	8.207
(-) Aquisições de energia na CCEE	(10.346)	(8.322)
(-) Encargos de serviços do sistema	(653)	(1.304)
	(3.040)	(1.419)

(*) A Companhia possui provisão para crédito de liquidação duvidosa no montante de R\$1.350.

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

Os valores da energia no curto prazo que se encontram vinculados a liminares podem estar sujeitos à modificação, dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movidos por determinadas empresas do setor, relativos a interpretação das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no sub-mercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os sub-mercados.

A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

7. Títulos de créditos a receber

Correspondem às contas de energia elétrica em atraso, renegociadas com os consumidores através de Termos de Confissão de Dívida, que na sua grande maioria são atualizados com base na variação do IGPM. Determinadas operações que foram renegociadas com taxas diferentes a praticada para esse conjunto de contas a receber, tiveram seus valores a receber ajustados ao valor presente com base na variação da taxa do CDI.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os saldos estão demonstrados como se segue:

	2014	2013
Títulos de créditos a receber	6.035	5.982
Ajuste a valor presente	(870)	(939)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	(2.596)	(2.418)
	2.569	2.625
Circulante	2.027	395
Não circulante	542	2.230

(*) Incluído no total apresentado como redutora no ativo circulante.

Em 31 de dezembro de 2014, os títulos de créditos têm seus vencimentos assim programados:

	2014
Vencidos	2.596
2015	2.027
2016	375
2017	30
2018	25
2019	24
2020 em diante	88
Total	5.165

8. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Movimentação das provisões	2014	2013
Saldo - inicial circulante -2013 e 2012	5.629	5.892
Provisões constituídas no exercício	1.398	437
Reversão de provisões no exercício	(913)	(700)
Saldo - final - circulante - 2014 e 2013	6.114	5.629
Consumidores e concessionárias e CCEE	3.518	3.211
Títulos de créditos a receber	2.596	2.418

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL, a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes:

- Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais de 360 dias.
- Títulos de créditos a receber com parcelas vencidas há mais de 90 dias, são constituídas provisão das parcelas vencidas e vincendas.

9. Impostos a recuperar

	2014	2013
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	9.807	9.402
Imposto de Renda - IRPJ	2.681	543
Imposto de renda retido na fonte	4.511	407
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL	902	21
Contribuição do PIS e COFINS	8.437	8.396
Outros	533	87
Total	26.871	18.856
Circulante	19.428	10.656
Não Circulante	7.443	8.200

10. Revisão e reajuste tarifário periódico

Reajuste tarifário:

Pela execução dos serviços públicos de energia elétrica, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores as tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

As tarifas da Companhia foram reajustadas pela ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.737 de 10 de junho de 2014, que aprovou o resultado do reajuste tarifário que gerou um aumento médio a ser percebido pelos consumidores de 5,31%, aplicado desde 18 de junho de 2014.

Revisão tarifária:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 4 anos e neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão

extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.293 de 05 de junho de 2012, aprovou o resultado da terceira revisão tarifária periódica da Companhia com reajuste que gerou um incremento de 1,20%, aplicados a partir de 18 de junho de 2012.

11. Ativos e passivos regulatórios

A conta de compensação dos valores da parcela A - CVA é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros itens financeiros. No termo aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros itens financeiros não recuperados dos consumidores serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, conforme demonstrado a seguir:

Ativos regulatórios	2014
Itens da Parcela A (i)	
Energia elétrica comprada para revenda	20.866
Sobrecontratação de energia (ii)	10.610
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	96
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	958
Itens financeiros	
Outros itens financeiros	13
Total-circulante	32.543
Passivos regulatórios	2014
Itens da Parcela A (i)	
Encargo de serviços de sistema - ESS (iii)	16.623
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	2.465
Itens financeiros	
CUSD	2.091
Exposição submercados	105
Neutralidade da Parcela A	791
Total - circulante	22.075
Saldo líquido dos ativos e passivos regulatórios	10.468
Efeito na demonstração do resultado	2014
Receita operacional	10.824
Outras despesas financeiras	(356)
Total - resultado	10.468

(i) Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC

(ii) Repasse de sobrecontratação de energia (energia excedente)

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras e déficits de energia elétrica, limitados em 3% do requisito de carga.

(iii) Encargo de Serviço do Sistema - ESS

Representa um encargo destinado a cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços auxiliares, prestados pelos usuários dos Sistemas Interligado Nacional - SIN;

A Companhia assinou junto a ANEEL, aditivo ao contrato de concessão com inclusão de cláusula específica que possibilitou o reconhecimento contábil dos ativos e passivos regulatórios como ativo ou passivo financeiro.

De acordo com o OCPC 08 a contabilização dos saldos existentes deve ser efetuada no exercício da assinatura do aditivo ao contrato de concessão de forma prospectiva.

Desta forma os valores iniciais reconhecidos de ativos e passivos regulatórios tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

12. Outros créditos

	2014	2013
Baixa renda (1)	3.533	3.398
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	6.407	5.109
Ordens de serviço em curso - outros	268	358
Ordens de dispêndio a reembolsar - ODR	-	76
Adiantamentos	2.438	1.555
Subvenção CDE - desconto tarifário (2)	27.302	4.702
Créditos com terceiros - Alienação de bens e direitos	2.005	4.580
Créditos a receber - Restituição encargos setoriais	-	300
Adiantamento fundo de pensão	8.704	-
Outros	1.264	1.948
Total	51.921	22.026
Circulante	51.784	21.370
Não circulante	137	656

Segue a movimentação do baixa renda e da Subvenção CDE - Desconto Tarifário:

(1) Baixa renda:

	2014	2013
Saldo - inicial circulante - 2013 e 2012	3.398	5.976
Subvenção Baixa Renda	21.024	20.225
Ressarcimento pela Eletrobrás	(20.889)	(22.803)
Saldo - final - circulante - 2014 e 2013	<u>3.533</u>	<u>3.398</u>

Esses créditos referem-se a subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético ambos sob a administração da Eletrobrás. A Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

(2) Subvenção CDE - desconto tarifário

	2014	2013
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	80.955	36.381
Ressarcimento pela Eletrobrás	(53.653)	(31.679)
Saldo final - circulante	<u>27.302</u>	<u>4.702</u>

Refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, através do Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, nos termos do inciso VII do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo em aberto corresponde a subvenção incorrida nos meses de maio de 2014 a dezembro de 2014, cujo ressarcimento a administração da empresa espera receber da CDE no primeiro semestre de 2015.

13. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB), Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE), Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO), Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF), Energisa Soluções S/A (ESO), Energisa Comercializadora Ltda. (ECOM), Energisa Serviços Aéreos S/A (ESER), Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda. (EPLA), Energisa Geração Rio Grande S/A (EGR), Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin S/A, Energisa Geração Usina Mauricio, SPE Cristina Energia S/A, Energisa Geração Central Solar Coremas S/A, Energisa Geração Centrais Eólicas RN S/A (Holding que detém o controle acionário das empresas Energisa Geração Central Eólica Renascenças I, II, III, IV e Energisa Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S/A), Energisa Bioeletricidade (Holding que detém o controle acionário das empresas Energisa Bioeletricidade Santa Cândida I, Energisa Bioeletricidade Vista Alegre I, Energisa Bioeletricidade Santa Cândida II e Energisa Bioeletricidade Vista Alegre II) (empresas ligadas da Companhia).

Em abril de 2014 a controladora **ENERGISA S/A**, adquiriu a participação nas sociedades J.Q.M.J. Participações S.A., BBPM Participações S.A., Denerge Desenvolvimento Energético S.A. e Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. - em recuperação judicial, que conferiram à Energisa S.A. o controle indireto da Rede Energia S/A e, por consequência, das sociedades: Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S/A (Energisul), Centrais Elétricas Matogrossenses S/A (CEMAT), Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins (Celtins), Caiuá Distribuição de Energia S/A (Caiuá), Companhia Força e Luz do Oeste (CFLO), Companhia Nacional de Energia Elétrica (CNAEE), Empresa de Distribuição de Energia

Elétrica do Vale Paranapanema S/A (EDEV), Empresa Elétrica Bragantina S/A (EEB), Rede Eletricidade e Serviços S/A (REDESERV), Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER), Companhia Técnica e Comercialização de Energia S/A (REDECOM), Tangará Energia S/A, Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S/A, Companhia Geral e QMRA Participações S/A (empresas que passaram a compor o Grupo Energisa).

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Serviços contratados (Despesa) (1)	Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição (Custo) (2)	Comissão aval (Despesa financeira) (3)	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (4)	Saldo a pagar (fornecedores)
ENERGISA S/A	11.302	-	4.552	9.861	870
ENF	-	835	-	-	57
ESOL	23.008	-	-	-	1.707
ESER	128	-	-	-	-
2014	34.438	835	4.552	9.861	2.634
2013	32.557	979	3.825	-	2.538

(1) Os serviços contratados junto a Controladora refere-se a serviços administrativos, suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins regulatórios.

As transações com as empresas ligadas referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos.

(2) Os valores de custo e uso de conexão estão suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL e foram efetuados em condições usuais de mercado.

(3) Refere-se custo de comissão de aval, iniciado em fevereiro de 2013, de garantias da controladora sobre contratos da Companhia a razão de 1,5% a.a.

(4) Os recursos destinados a futuro aumento de capital não são remunerados e estão registrados no Patrimônio Líquido.

Remuneração dos administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a remuneração dos membros do Conselho de Administração foi de R\$744 (R\$746 em 2013) e da Diretoria foi de R\$1.179 (R\$1.459 em 2013). Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora dos benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$486 (R\$401 em 2013). Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$290 (R\$289 em 2013).

A maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes e conselheiros, relativas ao mês de dezembro, foram de R\$18 e R\$1 (R\$16 e R\$2 em 2013), respectivamente. A remuneração média em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$9 (R\$9 em 2013).

Na AGO de 25 de abril de 2014, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2014 no montante de R\$3.448 (R\$2.999 em 2013).

14. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os impostos diferidos são oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, assim como diferenças temporárias, que estão registrados segundo as normas do CPC 32 e apresentado conforme normas do CPC 26.

Impostos diferidos reconhecidos no balanço:

	2014	2013
Ativo		
Prejuízos fiscais	19.815	20.971
Base negativa de contribuição social	8.084	8.478
Subtotal	27.899	29.449
Diferenças temporárias		
Imposto de Renda e Contribuição Social s/ o Lucro	16.070	11.649
Total - não circulante	43.969	41.098
Passivo - Diferenças Temporárias		
Imposto de renda	24.776	17.477
Contribuição social	8.919	6.292
Total - não circulante	33.695	23.769
Total líquido - ativo não circulante	10.274	17.329

A natureza dos créditos diferidos são como segue:

	2014		2013	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo				
Prejuízos fiscais	79.261	19.815	83.882	20.971
Base negativa da CSSL	89.819	8.084	94.205	8.478
Provisão ajuste atuarial	1.932	657	1.977	672
Provisões para riscos	5.998	2.039	5.740	1.952
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	6.156	2.093	5.671	1.928
Outras provisões (PEE; P&D; honorários e outras)	1.290	438	2.784	947
Variações cambiais passivas	27.426	9.325	34.444	11.711
Ativos regulatórios (CVA´s)	-	-	16.294	5.540
Ajustes a valor presente	870	296	939	319
Outras adições (exclusões) temporárias	3.595	1.223	(2.293)	(780)
Marcação a mercado - derivativo	(21.556)	(7.329)	(31.295)	(10.640)
IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR das contas a receber da concessão e atualizações:	(77.547)	(26.367)	(69.909)	(23.769)
Total - ativo não circulante	117.244	10.274	142.439	17.329

A seguir está apresentada a estimativa consolidada para as realizações dos impostos diferidos. As projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Período	Realizações de créditos fiscais
2015	10.274
Total	10.274

A Companhia manifestou em 15 de outubro de 2012 a intenção de prorrogação de sua concessão pelo prazo de 30 anos a partir de julho de 2015 e considera que os saldos de impostos diferidos serão realizados através de suas operações. A Companhia possui estudos para a realização desses créditos considerando diversos cenários.

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

	2014	2013
Lucro antes dos impostos	35.173	42.444
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Despesa de imposto de renda e da contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(11.959)	(14.431)
Ajustes:		
Outros	(184)	(497)
Despesas de imposto de renda e contribuição social	(12.143)	(14.928)
Alíquota efetiva	34,23%	35,17%

Lei n.º 12.973/2014 (MP 627/2013)

A Medida Provisória n.º 627/2013 que foi convertida na Lei 12.973/2014 trouxe alterações relevantes para as regras tributárias federais, dentre as quais destacam-se as seguintes: (i) revogação do Regime Tributário de Transição ("RTT"); (ii) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do IRPJ e CSLL; (iii) definição de que a alteração ou a adoção de novos métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, posteriores à publicação desta MP, não terão implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iv) inclusão de tratamento específico sobre a tributação de lucros ou dividendos; (v) inclusão de disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (vi) novas considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

A referida Lei produzirá efeitos a partir de 2014, para as empresas que optaram até 07 de novembro de 2014, de acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.499 de 16/10/2014. Para as empresa que não optaram, a aplicação das normas estará obrigada a partir de janeiro de 2015. A Companhia avaliou os impactos da Lei e fará a adoção ao novo regime a partir do exercício de 2015 e não espera impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

15. Contas a receber da Concessão

A Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei 12.783/2013, confirmou a intenção do Poder Concedente de utilizar o VNR - Valor novo de reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

No entendimento da Administração da Companhia esse fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico. A partir de 31 de dezembro de 2012 a Companhia passou a reconhecer o VNR - Valor novo de reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõe a concessão, corrigidos pela variação do IGPM. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram reconhecidos em receita financeira - atualização do contas a receber da concessão - VNR o montante de R\$7.638.

Esse direito está classificado como disponíveis para venda no circulante. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo dessa rubrica monta:

Movimentação	2014	2013
Ativo financeiro - 2013 e 2012	285.875	217.739
Adições no exercício (*)	40.875	56.221
Baixas no exercício	(4.891)	(770)
Ativo financeiro-2014 e 2013	321.859	273.190
Atualização contas a receber da concessão - VNR	7.638	12.685
Ativo financeiro custo corrigido -2014 e 2013	329.497	285.875
Circulante	329.497	-
Não Circulante	-	285.875

(*) Transferência do intangível para o contas a receber da concessão.

16. Intangível e Imobilizado

	2014	2013
Intangível - Contrato da concessão	1.218	19.704
Imobilizado	6.502	6.843
Total	7.720	26.547

Intangível - Contrato de concessão

Referem-se a parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

Intangível	Saldo 2013	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização/ Depreciação	Saldo 2014
Intangível em Serviço						
Custo:	299.526	-	2.250	(10.267)	-	291.509
Amortização Acumulada	(263.440)	-	-	10.531	(25.598)	(278.507)
Subtotal	36.086	-	2.250	264	(25.598)	13.002
Em Curso	12.148	48.295	(2.250)	(47.553)	-	10.640
Total Intangível	48.234	48.295	-	(47.289)	(25.598)	23.642
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Em Serviço						
Custo	42.931	-	421	-	-	43.352
Amortização Acumulada	(32.503)	-	-	-	(7.384)	(39.887)
Subtotal	10.428	-	421	-	(7.384)	3.465
Em Curso	18.102	7.957	(421)	(6.679)	-	18.959
Total das Obrigações vinculadas à concessão	28.530	7.957	-	(6.679)	(7.384)	22.424
Total Intangível	19.704	40.338	-	(40.610)	(18.214)	1.218
Imobilizado em Serviço						
Custo:						
Edificações e benfeitorias	209	-	-	-	-	209
Máquinas e equipamentos	5.754	-	1.105	(502)	-	6.357
Veículos	800	-	-	(611)	-	189
Móveis e utensílios	2.955	-	136	-	-	3.091
Total do imobilizado em serviço	9.718	-	1.241	(1.113)	-	9.846
Depreciação acumulada:						
Edificações e benfeitorias	(177)	-	-	-	(7)	(184)
Máquinas e equipamentos	(1.131)	-	-	72	(941)	(2.000)
Veículos	(680)	-	-	602	(28)	(106)
Móveis e utensílios	(887)	-	-	-	(167)	(1.054)
Total Depreciação acumulada	(2.875)	-	-	674	(1.143)	(3.344)
Subtotal Imobilizado	6.843	-	1.241	(439)	(1.143)	6.502
Imobilizado em curso	-	1.241	(1.241)	-	-	-
Total do Imobilizado	6.843	1.241	-	(439)	(1.143)	6.502
Total	26.547	41.579	-	(41.049)	(19.357)	7.720

(*) Das baixas no montante de R\$41.049, R\$40.875 foi transferido para o contas a receber da concessão e R\$174 referem-se a baixas realizadas no exercício.

Intangível	Saldo 2012	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização/ Depreciação	Saldo 2013
Intangível em Serviço						
Custo:	312.764	-	5.197	(18.435)	-	299.526
Amortização Acumulada	(246.518)	-	1.236	4.626	(22.784)	(263.440)
Subtotal	66.246	-	6.433	(13.809)	(22.784)	36.086
Em Curso	17.444	54.438	(9.732)	(50.002)	-	12.148
Total Intangível	83.690	54.438	(3.299)	(63.811)	(22.784)	48.234
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Em Serviço						
Custo	41.104	-	1.827	-	-	42.931
Amortização Acumulada	(26.506)	-	-	-	(5.997)	(32.503)
Subtotal	4.598	-	1.827	-	(5.997)	10.428
Em Curso	28.573	11.821	(1.827)	(20.465)	-	18.102
Total das Obrigações vinculadas à concessão	43.171	11.821	-	(20.465)	(5.997)	28.530
Total Intangível	40.519	42.617	(3.299)	(43.346)	(16.787)	19.704
Imobilizado em Serviço						
Custo:						
Edificações e benfeitorias	209	-	-	-	-	209
Máquinas e equipamentos	2.039	-	3.715	-	-	5.754
Veículos	980	-	-	(180)	-	800
Móveis e utensílios	2.475	-	820	(340)	-	2.955
Depreciação acumulada:	(1.438)	-	(1.236)	275	(476)	(2.875)
Total do imobilizado em serviço	4.265	-	3.299	(245)	(476)	6.843
Total	44.784	42.617	-	(43.591)	(17.263)	26.547

(*) Das baixas no montante de R\$43.591, R\$29.537 foi transferido para o Contas a Receber da Concessão, e R\$14.054 referem-se a baixas realizadas no exercício. R\$12.839 de obrigações especiais foi registrado no Passivo Circulante rubrica - Outras Contas a Pagar, referente a devolução à Eletrobrás de recursos do Programa Luz para Todos e R\$13.845 transferido do contas a receber para o ativo intangível em serviço.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinados à alienação, determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do intangível está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 3,91% (3,83% em 2013).

O saldo do intangível e das contas a receber da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	2014	2013
Contribuições do consumidor (1)	130.070	117.031
Participação da União - recursos CDE (2)	31.167	34.976
Participação do Governo do Estado (2)	14.669	16.596
Reserva para reversão (3)	1.409	1.409
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	3.875	3.221
(-) Amortização acumulada	(39.887)	(32.503)
Total	141.303	140.730
Alocação:		
Contas a receber da concessão	118.879	112.200
Infraestrutura - Intangível em serviço	3.465	10.428
Infraestrutura - Intangível em curso	15.084	14.881
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	3.875	3.221
Total	141.303	140.730

- (1) As contribuições de consumidores representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.
- (2) As subvenções da União - recursos CDE e a participação do Governo do Estado, são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.
- (3) A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia, incidindo juros de 5 % a.a. pagos mensalmente.

A partir da segunda revisão tarifária periódica, ocorrida em junho de 2008, as obrigações vinculadas a concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de depreciação do ativo imobilizado da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das obrigações especiais.

Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da REN n° 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir da revisão tarifária referente ao 3° ciclo de revisões tarifárias, passem a ser contabilizadas como Obrigações especiais. Anteriormente ao 3° ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. A Companhia passou pelo 3° ciclo de revisão tarifária em junho de 2012 e, a partir dessa data, os faturamentos das ultrapassagens de demanda passaram a ser contabilizados na rubrica Obrigações especiais.

Até 31 de dezembro de 2014, o montante contabilizado naquela rubrica é de R\$3.875 (R\$3.221 em 2013).

A ABRADDEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

Imobilizado

Taxas de depreciação praticadas pela Companhia são:

Taxas de depreciação do ativo imobilizado	2014
Edificações e benfeitorias	3,34%
Máquinas e equipamentos	3,91%
Veículos	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%

17. Fornecedores

	2014	2013
Suprimento (1):		
Contratos Bilaterais	23.488	18.348
CCEE	10.346	8.322
Operador Nacional do Sistema Elétrico (1)	760	1.002
Encargo de serviços no sistema (1)	653	1.304
Uso do sistema de transmissão/distribuição (1)	2.091	1.650
Conexão a rede (1)	123	102
Materiais e serviços e outros (2)	8.227	8.856
Total	45.688	39.584
Circulante	44.944	38.840
Não circulante	744	744

(1) Refere-se a aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

(2) Refere-se as aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

18. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Operações	Encargos da dívida	Principal		Total		Ref.
		Circulante	Não Circulante	2014	2013	
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Grupo Energisa III(*)	138	-	15.000	15.138	15.112	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	57	1.043	1.926	3.026	4.161	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche (RJ)	2	9	16	27	37	
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	338	1.325	5.580	7.243	8.676	
Eletrobrás - Subtransmissão	8	257	646	911	1.192	
Eletrobrás - Devolução LPT	-	2.704	-	2.704	15.415	
Banco HSBC - repasse BNDES	25	511	241	777	1.268	
Banco HSBC - repasse BNDES	3	329	78	410	625	
Banco HSBC - repasse BNDES	5	320	102	427	747	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES I	6	452	2.297	2.755	3.209	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES II	4	194	861	1.059	1.080	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES III	4	188	957	1.149	1.338	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES IV	4	298	1.516	1.818	2.115	
Banco Itaú BBA - repasse BNDES PER	1	743	186	930	1.675	
Banco Itaú BBA - FINAME	49	1.249	12.832	14.430	8.950	
Caixa Econômica Federal - FINAME	39	493	3.202	3.734	4.277	
Banco Bradesco - CCB	1.066	12.500	-	13.566	25.795	(1)
Banco ITAU BBA - BNDES FINEM	158	5.211	9.197	14.566	13.375	
Nota Promissória - Itaú	402	60.000	-	60.402	-	
Total em moeda nacional	2.309	87.826	54.637	144.772	109.047	
(-) custos de captação incorridos na contratação	(55)	-	(119)	(174)	(271)	
Em moeda estrangeira						
Citibank	289	-	43.694	43.983	38.770	(2)
Bank of America Merrill Lynch	-	-	-	-	67.048	
Bank of America Merrill Lynch	283	75.742	-	76.025	-	(2)
Banco Itaú BBA	738	79.687	-	80.425	70.953	(2)
Total em moeda estrangeira	1.310	155.429	43.694	200.433	176.771	
Total ENERGISA MINAS GERAIS	3.564	243.255	98.212	345.031	285.547	

(*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante R\$954 (R\$909 em 2013) registrados na rubrica, "aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados" no ativo não circulante.

(1) O contrato relativo ao Bradesco (CCB) possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide

nota explicativa nº 30 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em correspondência expedida em 10 de abril de 2014, foi suspensa a aplicação dos indicadores financeiros durante o ano de 2014, seguindo o procedimento adotado pelos demais credores da Energisa.

(2) Os contratos de financiamentos junto ao Citibank, Bank of America Merrill Lynch e Banco Itaú BBA, possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 30).

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2014:

Operação	Vencimento	Características da Operação		Prazo Médio meses	Custo da Dívida		TIR (Taxa efetiva de juros)	Ref.
		Periodicidade Amortização	Garantias Reais		Indexador	Tx. de Juros a.a		
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez/20	mensal, após dez.2017	Recebíveis	72	CDI	+ 0,70%	11,51%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	ago/17	Mensal	Recebíveis	32	RGR 5,0%		5,00%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche (RJ)	ago/17	Mensal	Recebíveis	32	RGR 5,0%		5,00%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	dez/19	Mensal	Recebíveis	60	RGR 5,0%		5,00%	
Eletrobrás - subtransmissão	fev/18	Mensal	Recebíveis	38	RGR 5,0%		5,00%	
Eletrobrás - Devolução LPT	mar/15	Mensal	Recebíveis	3	Selic Acumulada		10,90%	
Banco HSBC - repasse BNDES I	mai/16	Mensal	Aval Energisa S.A.	17	TJLP	+ 4,30%	9,31%	
Banco HSBC - repasse BNDES II	mai/16	mensal	Aval Energisa S.A.	17	UMBND	+ variáveis	4,35%	
Banco HSBC - repasse BNDES III	mai/16	Mensal	Aval Energisa S.A.	17	TJLP	+ 3,90%	8,91%	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES I	jan/21	Mensal	Aval Energisa S.A.	73	TJLP	+ 4,75%	9,76%	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES II	jan/21	Mensal	Aval Energisa S.A.	73	UMBND	+ variáveis	3,80%	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES III	jan/21	Mensal	Aval Energisa S.A.	73	TJLP	+ 5,95%	10,97%	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES IV	jan/21	Mensal	Aval Energisa S.A.	73	pré-fixado	5,5%	5,50%	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES PER	mar/16	mensal	Aval Energisa S.A.	15	pré-fixado	5,5%	5,50%	
Banco Itaú BBA - FINAME	Até abr-2024	Mensal	Aval Energisa S.A.	112	pré-fixado	De 2,5% a 10%	De 2,5% a 10%	
Caixa Econômica Federal - FINAME	jan/22	Mensal	Energisa S.A	85	pré-fixado	8,7%	8,70%	
Banco Bradesco - CCB	nov/15	anual	-	11	CDI	+ 1,25%	12,06%	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES Finem	dez/23	mensal, após mar.2014	Aval Energisa S.A.	108	TJLP	+ 2,25% a 4,15%	7,23% a 9,16%	
Nota Promissória Itaú	jun/15	Final	Aval Energisa S.A.	6	CDI	+ 2,00%	12,81%	
Citibank	set/17	Final	Aval Energisa S.A.	33	Libor	+ 1,36%	15,20%	(1)
Bank of America Merrill Lynch	Jun/15	Final	Aval Energisa S.A.	6	libor	+ 2,0%	15,92%	(1)
Banco Itaú BBA	set/15	Final	Aval Energisa S.A.	9	Dólar	+ 2,95%	16,34%	(1)

(1) Possui swap.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais nos exercícios:

Moeda/indicadores	2014	2013
US\$ x R\$	13,39%	14,64%
TJLP	5,00%	5,00%
SELIC	10,90%	8,22%
CDI	10,81%	8,06%
IPCA	6,41%	5,91%
IGP-M	3,67%	5,53%
LIBOR	0,23%	0,27%
UMBNB	0,05%	0,04%

Os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	2014
2016	8.680
2017	51.473
2018	11.701
2019	11.613
Após 2019	14.745
Total	98.212

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

Descrição	2014	2013
Saldos em 2013 e 2012	285.547	278.112
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	146.495	21.933
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	40.467	37.060
Pagamento de principal	(112.978)	(37.066)
Pagamento de juros	(14.500)	(14.492)
Saldos em 2014 e 2013	345.031	285.547
Circulante	246.819	149.386
Não circulante	98.212	136.161

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos exercícios subsequentes é como segue:

Contratos	2015	2017 em diante	Total
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	24	119	143
Banco ITAU BBA - BNDES FINEM	31	-	31
Total	55	119	174

19. Debêntures (não conversíveis em ações)

Principais características das debêntures:

	7ª Emissão
Tipo de emissão	Pública
Data de emissão	15/12/2009
Data de vencimento	15/12/2014
Garantia	Quirografia
Rendimentos	CDI + 1,0% a.a
TIR (taxa efetiva de juros)	10,78% a.a.
Quantidade de títulos	60.000
Valor na data de emissão	60.000
Títulos em circulação	60.000
Carência de Juros	6 meses
Data de repactuação	15/12/2012
Amortizações/parcelas	Final
Saldos em 2014 (*)	-
Circulante	-
Saldos em 2013 (*)	60.051
Circulante	60.051

(*) Deduzido de R\$195 em 2013, referente a custos de captação incorridos na contratação.

Em 15 de dezembro de 2014 a Companhia efetuou o resgate da totalidade das debêntures de 7ª emissão com o pagamento de liquidações aos debenturistas de R\$60.191 de principal e de R\$6.691 de juros, totalizando R\$66.882.

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

Descrição	2014	2013
Saldos em 2013 e 2012	60.051	46.734
Recolocação de Debêntures	-	13.101
Encargos de dívidas - juros e variação monetária	6.832	4.984
Pagamento de Principal	(60.191)	-
Pagamento de juros	(6.691)	(4.768)
Saldos em 2014 e 2013 - circulante	-	60.051

20. Tributos e Contribuições Sociais

	2014	2013
ICMS	12.944	17.824
Encargos Sociais	787	842
IRPJ	6.988	6.264
CSSL	3.175	2.808
PIS/COFINS	5.171	4.104
IRRF	514	144
Outros	724	668
Total	30.303	32.654
Circulante	20.683	25.295
Não circulante	9.620	7.359

21. Parcelamento de impostos

A Energisa MG possui parcelamento ordinário de débitos junto a Receita Federal do Brasil no montante de R\$6.201, em 60 parcelas mensais, corrigidas pela variação da Taxa Selic. No exercício, foram efetuados pagamentos de R\$1.467 (R\$1.289 em 2013) e atualização de juros Selic de R\$138 (R\$158 em 2013).

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo do parcelamento é de R\$529 (R\$1.996 em 2013) e o número de parcelas a serem quitadas serão 6.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo dos impostos parcelados estão assim programados:

	2014	2013
2014	-	1.497
2015	529	499
Total	529	1.996
Circulante	529	1.497
Não circulante	-	499

22. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para riscos de natureza trabalhistas e cíveis, como segue:

	Saldo inicial 2013	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualização	Saldo final 2014
Trabalhistas	2.642	1.394	(1.516)	155	2.675
Cíveis	2.946	403	(434)	176	3.091
Fiscais	152	70	-	10	232
Total	5.740	1.867	(1.950)	341	5.998
Depósitos e cauções vinculados (*)	(1.155)				(1.543)

(*) A Companhia possui depósitos e cauções vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$1.785 (R\$1.634 em 2013) dos quais R\$242 (R\$479 em 2013), não foram constituídas provisões para riscos, pelo fato do prognóstico de êxito ser possível ou remoto.

	Saldo inicial 2012	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualização	Saldo final 2013
Trabalhistas	3.225	568	(1.308)	157	2.642
Cíveis	2.975	1.076	(1.275)	170	2.946
Fiscais	-	146	-	6	152
Total	6.200	1.790	(2.583)	333	5.740
Depósitos e cauções vinculados (*)	(776)				(1.155)

(*) A Companhia possui depósitos e cauções vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$1.634 (R\$1.307 em 2012) dos quais R\$479 (R\$531 em 2012), não foram constituídas provisões para riscos, pelo fato do prognóstico de êxito ser possível ou remoto.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram pagos o montante de R\$1.119 (R\$1.241 em 2013), sendo de indenizações trabalhistas R\$534 (R\$592 em 2013) e de indenizações cíveis R\$585 (R\$649 em 2013).

Perdas prováveis

- **Trabalhistas**

A maioria dessas ações tem por objeto pedido de horas extras, equiparação salarial, FGTS e verbas contratuais/legais.

- **Cíveis**

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia. Há também ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos à Companhia resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída à época.

- **Fiscais**

Refere-se basicamente Execução Fiscal nº 2007.100.001867-4, realizada em razão da reforma pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, de decisão favorável de 1ª instância, proferida nos autos dos Embargos a Execução nº 2007.001.218816-8, que anulará a multa aplicada pelo PROCON em razão de supostas instabilidades do sistema de distribuição de energia elétrica ocorridos no Estado do Rio de Janeiro.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimado como provável.

Perdas possíveis

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante de R\$142.699 (R\$102.525 em 2013), cuja probabilidade de êxito foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis:

- **Trabalhistas**

As ações judiciais de natureza trabalhistas no montante de R\$9.185 (R\$2.503 em 2013), referem-se a discussões de ex-empregados que requerem recebimento de horas extras, de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia reclamando responsabilidade subsidiária por verbas rescisórias, ocorrendo somente atualização monetária no exercício.

- **Cíveis**

As ações judiciais de natureza cível no montante de R\$89.514 (R\$57.092 em 2013), referem-se, em sua grande maioria, a discussões sobre o valor de contas de energia elétrica, em que o consumidor requer a revisão ou o cancelamento da fatura; cobrança de danos materiais e morais pelo consumidor, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição ou decorrentes de variações de tensão elétrica ou de falta momentânea de energia; bem como a ações em que os consumidores pretendem a devolução de valores, em face dos reajustes tarifários determinados pelas Portarias nº 38 e nº 45/1986, do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, durante o congelamento de preços no Plano Cruzado, além de multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa.

- **Fiscais**

As ações de natureza fiscais e tributárias no montante R\$44.000 (R\$42.930 em 2013), refere-se basicamente a discussões sobre: (i) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS de equipamentos para prestação dos serviços de distribuição e transmissão de energia a locados no ativo permanente da empresa, já tendo a comprovação obtida decisões favoráveis em 1ª, 2ª e 3ª instâncias, com transito em julgado em alguns processos; (ii) cobrança ICMS em decorrência de saída isenta e energia elétrica recebida ao abrigo do deferimento, o que viola a legislação vigente razão pela qual garantimos a execução e interpusemos embargos a execução na busca de afastar esta cobrança indevida, ocorrendo somente atualização monetária no exercício.

23. Patrimônio Líquido

23.1 Capital social e reservas de capital

O capital social da Companhia é de R\$44.171 (R\$44.171 em 2013), atribuídos a 450.712 ações ordinárias, todas sem valor nominal.

O capital social da Companhia poderá ser aumentado, por subscrição, independentemente de modificação estatutária até o limite de 600 mil ações, cabendo ao Conselho de Administração a deliberação sobre forma, condições da subscrição e integralização das ações bem como as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão.

23.2 Reserva de lucros - legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitado a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

23.3 Reserva de lucros - retenção de lucros

Do lucro líquido do exercício, R\$17.272 foram destinados para a reserva de retenção de lucros, com base em orçamento de capital aprovado pela Diretoria e a ser aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

23.4 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	23.030	27.516
Dividendos obrigatórios (25%) -R\$12,78 por ação (R\$15,26 em 2013) por ação	5.758	6.879
Dividendos antecipados autorizados pela RCA (*):		
• Em junho de 2013 - R\$22,106 por ação	-	9.963
• Em agosto de 2013 - R\$7,003 por ação	-	3.157
• Em dezembro de 2013 - R\$28,843 por ação (*)	-	13.000
	-	26.120
Dividendos adicionais propostos R\$38,32 por ação (R\$3,097 em 2013) por ação (**):	-	1.396
Total dos dividendos	5.758	27.516
% sobre o lucro líquido ajustado	100	100

(*) Os dividendos antecipados aprovados pelas RCAs de 13 de junho, 08 de agosto e 19 de dezembro de 2013 foram calculados sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 30 de março, 30 de junho e 30 de novembro de 2013, respectivamente. Os dividendos referentes ao montante de R\$13.000, a pedido da controladora, serão pagos em 2015.

(**) Os dividendos adicionais propostos foram registrados na rubrica específica de dividendos a pagar dentro do próprio Patrimônio Líquido, de acordo com as normas do CPC-08, e serão pagos em data a ser definida em RCA.

24. Receita operacional

	2014			2013		
	Não auditado pelos auditores independentes		R\$	Não auditado pelos auditores independentes		R\$
	Nº de consumidores	MWh		Nº de consumidores	MWh	
Residencial	315.425	480.753	248.942	306.485	446.819	226.477
Industrial	3.721	175.596	69.485	3.727	177.505	68.679
Comercial	34.917	237.169	129.014	34.323	218.476	115.452
Rural	66.718	163.063	76.380	65.789	156.598	66.156
Poder Público:						
Federal	64	501	231	64	485	220
Estadual	571	10.599	4.864	568	10.261	4.643
Municipal	3.429	22.324	10.228	3.414	21.613	9.765
Iluminação Pública	257	76.357	21.497	254	73.592	19.931
Serviço Público	587	38.531	15.486	561	37.515	14.247
Consumo Próprio	118	3.690	-	112	3.462	-
Subtotal	425.807	1.208.583	576.127	415.297	1.146.326	525.570
Receita de Remuneração dos Ativos de Concessão	-	-	17.169	-	-	13.976
Suprimento	-	6.954	298	-	(3.239)	(565)
Fornecimento não faturado (líquido)	-	2.434	1.803	-	3.686	(943)
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	33	-	30.494	32	-	29.825
Receita de Construção (1)	-	-	41.443	-	-	58.832
Ativos e passivos regulatórios (2)	-	-	10.824	-	-	-
Outras receitas operacionais	-	-	6.680	-	-	5.354
Total - receita operacional bruta	425.840	1.217.971	684.838	415.329	1.146.773	632.049
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	122.261	-	-	107.054
PIS	-	-	10.611	-	-	9.437
COFINS	-	-	48.877	-	-	43.467
ISS	-	-	109	-	-	86
Quota para RGR	-	-	-	-	-	-1.160
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	2.200	-	-	1.989
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	6.794	-	-	4.169
Conta de Desenvolvimento Energético - CCC	-	-	-	-	-	835
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	2.200	-	-	1.997
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	-	-	654	-	-	1.883
Total	-	-	193.706	-	-	169.757
Total - receita operacional líquida	425.840	1.217.971	491.132	415.329	1.146.773	462.292

(1) A receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo a receita de construção igual a custo de construção.

(2) Refere-se a montante de ativos e passivos regulatórios reconhecidos no resultado do exercício de 2014 de acordo com a Deliberação CVM nº 732/14 e Comunicado Técnico Ibracon nº 05/2014.

25. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto:

Natureza do gasto	Custo do serviço			Despesas operacionais		Total	
	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e administ.	2014	2013
	Energia elétrica comprada para revenda	223.768	-	-	-	-	223.768
Encargo de uso-sistema de transmissão e distribuição	32.312	-	-	-	-	32.312	36.073
Pessoal e administradores	-	24.827	41	517	12.669	38.054	33.327
Entidade de previdência privada	-	117	-	-	2.348	2.465	397
Material	-	2.436	405	1.053	1.425	5.320	4.380
Serviços de terceiros	-	17.982	455	8.023	29.687	56.148	52.375
Depreciação e amortização	-	16.585	-	59	2.713	19.357	17.263
Provisão p/créditos de liquidação duvidosa e recuperação de incobráveis	-	-	-	1.029	-	1.029	(114)
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-	(83)	-	-	-	(83)	(793)
Custo de construção	-	-	41.443	-	-	41.443	58.832
Outras	-	1.364	-	146	5.349	6.859	7.113
	256.080	63.229	42.345	10.828	54.190	426.672	398.708

Energia Elétrica comprada para revenda

	MWH (**)		Energia elétrica comprada p/revenda	
	2014	2013	2014	2013
Energia de Itaipú - Binacional	288.763	285.542	37.549	32.802
Energia de leilão	114.883	40.941	24.406	8.938
Energia bilateral	662.431	614.690	141.436	124.167
Cotas de Angra REN 530/12	48.798	49.062	7.317	6.646
Energia de curto prazo - CCEE	61.109	99.754	44.706	31.830
Cotas Garantia Física-Resolução Homologatória ANEEL 1410 - Anexo I	184.957	183.535	5.792	5.751
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	28.948	28.677	8.607	8.332
Ressarcimento pela exposição térmica (*)	-	-	(26.015)	(12.251)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(20.030)	(16.360)
Total	1.389.889	1.302.202	223.768	189.855

(*) Através do Decreto presidencial n.º 8.221, foi criada a Conta no Ambiente de Contratação Regulada (CONTA-ACR), destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência de: (i) exposição involuntária no mercado de curto prazo; e (ii) despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade por disponibilidade de energia elétrica.

Para os meses de janeiro a outubro a Aneel já homologou os valores conforme abaixo:

Meses	Despacho	Valor
Janeiro	Despacho nº 515 de 07 de março de 2014	2.529
Fevereiro	Despacho nº 1.256 de 22 de abril de 2014	6.686
Março	Despacho nº 1.443 de 09 de maio de 2014	7.154
Abril	Despacho nº 1.696 de 02 de junho de 2014	3.853
Maio	Ofício nº 90/2014 de 08 de julho de 2014	3.736
Junho	Despacho nº 3.017 de 05 de agosto de 2014	1.057
Julho	Despacho nº 3.588 de 02 de setembro de 2014	-
Agosto	Despacho nº 3.968 de 30 de setembro de 2014	-
Setembro	Despacho nº 4.288 de 30 de outubro de 2014	-
Outubro	Despacho nº 4.657 de 02 de dezembro de 2014	1.000

Os valores referentes aos Despachos de janeiro a outubro já foram repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE nas contas correntes vinculadas ao aporte de garantias financeiras do mercado de curto prazo das concessionárias.

Os montantes foram registrados no resultado como redução de custo de energia comprada e sobre eles foram registrados encargos de PIS e COFINS.

(**) Não auditado pelos auditores independentes.

26. Outros resultados

	2014	2013
Outras receitas:		
Ganhos na alienação/desativação	4.276	7.143
Outros	141	126
	<u>4.417</u>	<u>7.269</u>
Outras despesas:		
Perdas na alienação/desativação:	(7.430)	(4.784)
Outros	(231)	(99)
	<u>(7.662)</u>	<u>(4.883)</u>
Total	<u>(3.245)</u>	<u>2.386</u>

27. Receitas e despesas financeiras

	2014	2013
Receita de aplicações financeiras	2.482	4.362
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	5.690	5.515
Atualização do contas a receber da concessão-VNR	7.638	12.685
Outras receitas financeiras	1.166	1.741
Total receitas financeiras	16.976	24.303
Encargos de dívidas - juros	(21.287)	(20.407)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	(26.011)	(21.637)
(-) Transferência para ordens em curso	976	1.084
Ajuste valor presente ativo	69	(159)
Marcação a mercado derivativos	(2.143)	(7.192)
Instrumentos financeiros derivativos	16.815	16.823
Comissão de aval	(4.552)	(3.825)
Outras despesas financeiras	(6.885)	(12.516)
Total despesas financeiras	(43.018)	(47.829)
Total receitas (despesas) financeiras	26.042	(23.526)

28. Lucro por ação

A Companhia não alterou o número de ações em circulação de seu capital social. Desta forma o lucro líquido por ação básico e diluído está sendo calculado de acordo com o número de ações no final do exercício de 450.712.

	2014	2013
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores:	23.030	27.516
Média ponderada das ações	450,71	450,71
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$	51,10	61,05

29. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As apólices de riscos nomeados e responsabilidade civil são contratadas em conjunto com as demais empresas do Grupo Energisa, sendo o limite máximo de indenização os montantes constantes da cobertura securitária.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2014	2013
Risco Operacional	23/10/2015	35.606	303	269
Responsabilidade Civil Geral	23/10/2015	50.600	131	116
Automóveis - Danos Materiais e Corporais a Terceiros	23/10/2015	até R\$360 / veículo	94	96
Vida em Grupo - Morte e Acidentes Pessoais	31/12/2015	52.468	232	214
			760	695

Risco Operacional

Na apólice contratada foram destacadas as subestações, prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, riscos diversos, equipamentos móveis, alagamento/inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de Bens e locais, erros e omissões.

Responsabilidade Civil Geral

Apólice contratada possuindo cobertura securitária para Danos Morais, Materiais e Corporais causados a terceiros em decorrência das operações da Companhia.

Frota

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos.

Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente de seus empregados.

30. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	2014		2013	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	19.882	19.882	11.415	11.415
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	1.118	1.118	31.267	31.267
Consumidores e concessionárias	78.553	78.553	74.412	74.412
Títulos de créditos a receber	2.569	2.569	2.625	2.625
Conta a receber da concessão	329.497	329.497	285.875	285.875
Ativos regulatórios líquidos	10.468	10.468	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	21.556	21.556	31.295	31.295
PASSIVO				
Fornecedores	45.688	45.688	39.584	39.584
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	345.031	345.031	345.598	346.943

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014, estão identificadas a seguir:

Não derivativos - classificação e mensuração

Empréstimos e recebíveis

Incluem clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos, contas a receber da concessão e ativos regulatórios. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia manifestar intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados

utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Passivos financeiros pelo custo amortizado

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos das distribuidoras obtidos em moeda nacional, junto a Eletrobrás, BNDES e empréstimos com bancos comerciais, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP), sendo a 7ª emissão de debêntures (EMG). Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, sendo esse FIDC, a Companhia estabeleceu o seu valor justo como sendo equivalente ao valor contábil do instrumento.

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

- **Incertezas**

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

- **Administração financeira de risco**

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível na web site da Companhia, tendo sido a última revisão em 23/12/2014) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores

macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de risco de capital

O índice de endividamento no final do exercício é o seguinte:

	2014	2013
Dívida (a)	345.031	345.598
Caixa e equivalentes de caixa	(19.882)	(11.415)
Dívida líquida	325.149	334.183
Patrimônio líquido (b)	91.253	63.895
Índice de endividamento líquido	3,56	5,23

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 18 e nº 19.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital, as reservas da Companhia e os recursos destinados ao futuro aumento de capital, gerenciados como capital.

a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significantes nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	-	44.944	-	-	-	744	45.688
Empréstimos financiamentos, encargos de dívidas	11,91%	169.423	92.028	75.544	40.465	20.038	397.498
Total		214.367	92.028	75.544	40.465	20.782	443.186

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro". Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração do grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito, principalmente das distribuidoras de energia elétrica da Companhia, é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	2014	2013
Caixa e equivalente de caixa	19.882	11.415
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	1.118	31.267
Consumidores e concessionárias	78.553	74.412
Títulos de créditos a receber e outros	2.569	2.625
Conta a receber da concessão	329.497	285.875
Ativos regulatórios líquidos	10.468	-
Instrumentos financeiros derivativos	21.556	31.295

O detalhamento desses créditos está apresentado nas notas explicativas nº 5, 6, 7, 15 e 30.

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 18, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás e BNDES) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo "método do custo amortizado" com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, com alta de 4,63% sobre 31 de dezembro de 2013, cotado a R\$2,4510/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2014 era de 19,45%, enquanto em 31 de dezembro de 2013, 11,5%.

Do montante das dívidas bancárias de emissões da Companhia de R\$345.205 (R\$346.064 em 2013), R\$200.431 (R\$176.771 em 2013) estão representados em dólares, provenientes de (i) empréstimo captado junto ao Citibank, cujo saldo no final do exercício era US\$16,5 milhões (US\$16,5 de principal), (ii) US\$28,6 milhões de empréstimo com o Bank of America Merrill Lynch (US\$28,5 de principal) e (iii) US\$30,1 milhões de empréstimo com o Banco Itaú BBA (US\$30 milhões de principal).

Os empréstimos têm custos de até US\$ + 3,93% ao ano e possuem vencimentos de curto e longo prazo 27 de outubro de 2014 e 28 de setembro de 2017, respectivamente.

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 apresenta no ativo circulante R\$19.681 e R\$1.875 no ativo não circulante (R\$31.295 em 2013), a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge e não reflete a expectativa da Administração. À medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer a reversão do lançamento de marcação a mercado ora refletido nas demonstrações financeiras. Por outro lado, uma maior deterioração da volatilidade, do cupom cambial e da cotação do dólar poderão implicar no aumento dos valores ora contabilizados.

A Administração da Companhia permanece atenta aos movimentos de mercado, de forma que estas operações poderão ter sua proteção reestruturada e mesmo seus prazos alongados, a depender do

comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização. A Administração da Companhia procedeu com a substituição dos derivativos mais complexos por estruturas mais simples e de maior liquidez, buscando menor exposição ao risco.

Dívida	Notional (USD)	Custo Financeiro	Vencimento	Limitador (*)
Loan 4131				
BAML				
P. Ativa	28.515	VC + 1,79%	10/06/2015	-
P. Passiva		112,50% CDI		
Loan 4131				
Itaú BBA				
P. Ativa	30.000	VC + 3,93%	21/09/2015	2,85 (Set/15)
P. Passiva		101,50%CDI		
Loan 4131				
Citibank				
P. Ativa	16.450	LIBOR + 1,36%	28/09/2017	-
P. Passiva		113,90% CDI		

(*) Em 27 de janeiro de 2015, a administração da Companhia excluiu os limitadores com vencimento no ano de 2015 dos swaps associados aos empréstimos 4131, de forma a eliminar o risco de perdas por alta do US\$ nos swaps cambiais de vencimento em 2015.

Em consonância com a Deliberação CVM 603/09, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2014 e 2013, que podem ser assim resumidos:

	Valor de Referência		Descrição	Valor Justo	
	2014	2013		2014	2013
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e Libor	201.323	231.581
			Posição Passiva		
Swap Cambial Citibank, Merrill Lynch e Itaú BBA	170.993	190.734	Taxa de Juros CDI	(176.553)	(194.471)
			Opções de Moeda Estrangeira - USD	(3.214)	(5.815)
			Posição Total	21.556	31.295

O Valor Justo dos derivativos efetuados pela Companhia em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 18 e 19 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

Análise de Sensibilidade

De acordo com a Instrução CVM 475/08, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2014 e 2013, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros - Empréstimos	-		12.156	(35.136)	(82.427)
Swap Cambial					
Posição Ativa					
Moeda Estrangeira - USD	201.323	Alta USD	189.166	236.458	283.750
Posição Passiva					
Taxa de Juros CDI	(176.553)		(176.553)	(176.553)	(176.553)
Opções de Moeda Estrangeira - USD	(3.214)		-	(15.963)	(34.843)
Subtotal	21.556		12.613	43.942	72.354
Total	-		24.770	8.807	(10.074)

(*) Considera o cenário macroeconômico da Pesquisa Focus vigente em 31 de dezembro de 2014, para as datas futuras até a liquidação final das operações.

Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2014, atingem seu objetivo na plenitude, o que é refletido no valor presente positivo de R\$24.770, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), e desde que os limitadores dos instrumentos financeiros derivativos não sejam ultrapassados, o que faria com que a Companhia ficasse sem proteção, maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valor presente positivo de R\$8.807 e negativo de R\$10.074, respectivamente.

b) Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2014 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 12,5% e TJLP = 5% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	15.794	Alta CDI	1.986	2.482	2.979
Instrumentos financeiros passivos:					
Empréstimos, financiamentos e debêntures.	(91.811)	Alta CDI	(11.449)	(14.311)	(17.173)
	(19.675)	Alta TJLP	(984)	(1.230)	(1.476)
Subtotal (**)	(111.486)		(12.433)	(15.541)	(18.649)
Total - (Perdas)	(95.692)		(10.447)	(13.059)	(15.670)

(*) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2015 (12,5% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2014, TJLP 5% ao ano.

(**) “ Não inclui operações em dólar com swap para CDI, cujo notional em reais equivale a R\$ 170.992. Caso essas operações fossem incluídas, o resultado seria alterado em R\$ (18.809) no Cenário provável, R\$ (23.512) no Cenário II e R\$ (28.214) no Cenário III.”

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Instrumentos financeiros Ativos	Nível	2014	2013
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	1.118	31.267
Instrumentos financeiros derivativos	2	21.556	31.295
Contas a receber da concessão	3	329.497	285.875
Ativos regulatórios líquidos	3	10.468	-

31. Benefícios a empregados

Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

A Energisa MG é patrocinadora de plano de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida (CD) e também possui plano de benefícios definidos (BD), que desde 1997 não é permitido o ingresso de novos participantes e os atuais participantes, estão na condição de assistidos. Para este plano não há contribuições da patrocinadora e dos participantes.

O plano de benefício definido é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se os ativos líquidos do plano são suficientes para garantir os compromissos atuariais.

Empresa	Plano Beneficiário	Contribuição anual		% s/folha de pagamento	Superávit atuarial	
		2014	2013		2014	2013
Energisa MG	CD	511	411	1,20	-	-
Energisa MG	BD	-	-	-	303	283

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela SPC - Secretaria de Previdência Complementar, são determinadas por atuário independente.

A seguir está demonstrada a posição atuarial relacionados ao plano de aposentadoria de benefício definido (BD), em 31 de dezembro de 2014 e 2013, de acordo com as regras estabelecidas pela Deliberação 695 da CVM, tendo sido adotado Método Prospectivo:

	2014	2013
Valor presente das obrigações atuariais	(1.514)	(1.362)
Valor justo dos ativos do plano	1.817	1.645
Ativo líquido	303	283

Demonstração da movimentação do compromisso da patrocinadora líquido do exercício de 2014 e 2013:

	2014	2013
Ativo atuarial líquido no início do exercício	-	-
Despesas correntes	-	33
Efeitos remensurações reconhecidas em outros resultados abrangentes	303	250
Ativo atuarial líquido do final do exercício	303	283

Os ativos dos planos são como segue:

	2014	2013
Cotas de fundos de renda fixa	1.545	1.444
Cotas de fundos de renda variável	272	201
Total	1.817	1.645

Em 2014 e 2013, a demonstração do valor justo dos ativos é apresentada como segue:

	2014	2013
Valor justo dos ativos no início do exercício	1.645	2.631
Benefícios pagos	(126)	(133)
Rendimento efetivo dos ativos	187	206
Ganhos (perdas) atuariais dos ativos	112	(1.059)
Valor justo dos ativos	1.817	1.645

Demonstração do valor presente das obrigações no exercício de 2014 e 2013.

	2014	2013
Saldo no início do exercício	1.362	2.223
Benefícios pagos no ano	(126)	(133)
Juros sobre obrigação atuarial	154	173
(Perdas) nas obrigações atuariais	31	(135)
Ganhos atuariais decorrentes de alterações nas hipóteses financeiras e demográficas	93	(766)
Saldo no final do exercício	1.514	1.362

A seguir descrevemos as premissas utilizadas na avaliação atuarial:

Hipóteses Econômicas

Taxa de desconto atuarial	11.03% a.a
Taxa de rendimento esperado dos ativos	11.03% a.a
Reajuste do benefício	Somente a inflação
Crescimento salarial	N/A
Inflação projetada	4,5% a.a

Hipóteses Demográficas

Tábua de mortalidade	AT - 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT - 2000
Tábua de entrada em invalidez	NA

A seguir apresentamos um resumo dos dados que foram utilizados para a avaliação atuarial dos planos de benefícios oferecidos pela Energisa MG aos seus empregados:

Descrição	
Participantes Assistidos:	
Número	4
Idade Média	78,3
Benefício Médio Mensal	R\$1,516
Pensionistas:	
Número de Pensionistas	17
Benefício Médio por Grupo Familiar	R\$0,247

Prêmio aposentadoria

A Companhia em Acordo Coletivo de Trabalho concedeu aos seus colaboradores, um prêmio aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

O referido Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida.

Os participantes do Plano CD que na data da aposentadoria requerida, apresentarem valores depositados pela patrocinadora em suas contas individuais, montantes superiores aos 15 salários base, não fazem jus ao prêmio.

O saldo de patrocínio do prêmio monta em R\$1.932 (R\$1.977 em 2013) e encontra-se provisionado na rubrica de Benefícios a empregados - plano de pensão no passivo circulante R\$301 (R\$351 em 2013) e no não circulante R\$1.631 (R\$1.626 em 2013).

Abaixo são apresentados a conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço, um demonstrativo da movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido, no exercício e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado da Companhia.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos ativos e passivos reconhecidos no balanço:

	2014	2013
Valor presente das obrigações atuariais	4.238	2.212
Valor justo dos ativos do plano	(2.306)	(235)
Passivo atuarial líquido a ser provisionado	1.932	1.977

Conciliação do valor presente das obrigações em 2014 e 2013.

	2014	2013
Valor presente das obrigações no início do ano	234	2.178
Benefícios pagos	(198)	(195)
Juros sobre obrigação atuarial	20	188
Custo do serviço corrente (com juros)	-	194
(Ganho) perda atuarial sobre a obrigação atuarial	2.250	(153)
Valor das obrigações calculadas no final do ano	2.306	2.212

A seguir está demonstrada a movimentação do passivo atuarial:

	2014	2013
Passivo atuarial líquido no início do ano	1.977	2.028
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	296	178
Outros resultados abrangentes	(341)	(229)
Passivo atuarial líquido no final do ano	1.932	1.977

Demonstração das despesas para o exercício de 2015 e 2014, segundo critérios da Deliberação 695 da CVM:

	2015	2014
Custo do serviço corrente (com juros)	149	159
Juros sobre as obrigações atuariais	220	157
Rendimento esperado dos ativos do plano	(101)	20
Remensuração do custo financeiro	33	33
Total da despesa bruta a ser reconhecida	301	329

Plano de saúde

A Companhia tem política própria de reembolso de despesas médicas a seus funcionários a razão de 60% do custo efetivo. O desligamento e ou aposentadoria dos empregados automaticamente cessa esse benefício.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 as despesas com esse benefício foram de R\$767 (R\$698 em 2013).

32. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contrato de compra de energia - R\$ MIL						
Vigência	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019
2015 a 2046	208.451	187.750	193.385	198.953	213.906	2.946.662

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço corrente no final de dezembro de 2013, e foram homologados pela ANEEL.

- Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e de Itaipu.

33. Concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica

A Companhia assinou em 18 de junho de 1999 com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica, com o prazo de concessão até 07 de julho de 2015.

34. Meio ambiente

A Energisa Minas Gerais trata os impactos sociais e ambientais de seus produtos, processos e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, dentre as quais merecem destaque:

1. Redes isoladas: são usados cabos isolados nas redes onde a arborização poderia ser mais afetada pelo contato com a baixa tensão energizada, e os vãos são dimensionados dentro do possível para preservar o equilíbrio ecológico. Da mesma forma, são usados cabos protegidos nas redes de média tensão que têm proximidades com arborização, de forma a evitar podas indesejáveis;
2. O Sistema de Gestão em Meio Ambiente, Aspectos Sociais, Saúde e Segurança do Trabalho - SGMASS implantado na Companhia é baseado nas normas ISO 14.001, OSHAS 18.001 e Legislação pertinente. O sistema é capaz de fornecer os subsídios necessários ao adequado monitoramento dos aspectos socioambientais, saúde e segurança;
3. Proativamente desde os primórdios do lançamento da Lei de Recursos Hídricos no país, a empresa está engajada em movimentos de formação de consórcios de bacias hidrográficas. A Energisa Participa do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais.
4. Disposição e tratamento de resíduos: além de ter conhecimento da natureza e das quantidades de resíduos gerados durante seu processo de produção, possui procedimentos para manuseio, transporte e destinação final de produtos, todos em conformidade com o SGMASS.
5. A Energisa tem consciência de sua responsabilidade ambiental, procedendo desta forma à regeneração de óleos isolantes utilizados em seus equipamentos e recuperação de óleo lubrificante industrial, garantindo a reutilização deste material e evitando a poluição do meio ambiente.
6. Descarte de lâmpadas: A Companhia possui procedimento para descarte controlado de lâmpadas de vapor de sódio, vapor de mercúrio e fluorescente existentes em suas instalações próprias e na infraestrutura de iluminação pública.
7. Desenvolvimento de campanhas de redução de consumo de água e energia, educação com base nos 3R's (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) e educação para o consumo consciente, através da distribuição de cartilhas e palestras nas escolas (Dia da Água, Semana do Meio Ambiente), e da divulgação interna (intranet, adesivos e cartazes fixados pela empresa e proteção de tela dos computadores).

No exercício de 2014, os montantes investidos nos projetos acima descritos totalizaram R\$25.394 (R\$14.780 em 2013), sendo R\$23.175 (R\$12.706 em 2013) alocados no ativo imobilizado e R\$2.219 (R\$2.074 em 2013) em despesas operacionais.

As informações não financeiras não foram examinadas pelos auditores independentes.

35. Informações adicionais ao fluxo de caixa

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	2014	2013
Atividades operacionais		
Contas a receber da concessão	35.984	56.221
Atualização contas a receber da concessão - VNR	7.638	12.685
Fornecedores	8.492	2.997
Atividades de investimentos		
Intangível	2.342	8.425
Atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos	6.150	4.343

36. Eventos subsequentes

a. Bandeiras tarifárias

A partir de 2015, as contas de energia terão a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

As bandeiras verde, amarela e vermelha indicarão se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade.

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,025 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,055 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos.

A distribuidora de energia divulgará, na conta de energia, a aplicação das bandeiras para que o consumidor possa compreender então, qual bandeira estaria valendo no mês atual.

O período de aplicação da bandeira tarifária será o primeiro dia do mês posterior à data de divulgação.

b. Revisão tarifária extraordinária

A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), em reunião realizada em 27/02/2015, deliberou por conceder, a partir de 02/03/2015, revisão tarifária extraordinária (RTE) diferenciada para todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica do país. O efeito médio para a Companhia foi de 26,9%.

A revisão tarifária extraordinária (RTE) aplicada tem por objetivo adequar a cobertura tarifária dos custos atuais com Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e compra de energia.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A.
Cataguases - MG

Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Ênfases

Continuidade operacional da Companhia

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a concessão para exploração das atividades da Companhia expira em 7 de julho de 2015. A Companhia protocolou pedido de

prorrogação do prazo da concessão em 15 de outubro de 2012 junto a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”). Até o presente momento, o pedido de prorrogação está sob análise, cabendo ao Poder Concedente a decisão final sobre a aprovação. Esta situação indica a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto a capacidade de continuidade normal das operações da Companhia, pois a prorrogação do contrato de concessão depende da decisão final pelo Poder Concedente. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade das operações, a qual contempla a realização de ativos e o pagamento de obrigações e compromissos no curso normal de suas atividades. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Conforme mencionado na nota explicativa nº 25 às demonstrações financeiras, a Companhia contabilizou, como redução do custo com energia elétrica, repasses de recursos diretos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE referentes aos meses de janeiro a outubro de 2014. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 “F” RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4

Declaração dos Diretores da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”) sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, V, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 19 de março de 2015.

Gabriel Alves Pereira Júnior
Diretor-Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Danilo de Souza Dias
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcelo Gonçalves Reis
Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretor de Gestão de Pessoas

José Adriano Mendes Silva
Diretor Comercial e de Distribuição

Declaração dos Diretores da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia") sobre as Demonstrações Financeiras do exercício de 2014

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, VI, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 19 de março de 2015.

Gabriel Alves Pereira Júnior
Diretor-Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Danilo de Souza Dias
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcelo Gonçalves Reis
Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretor de Gestão de Pessoas

José Adriano Mendes Silva
Diretor Comercial e de Distribuição